

Conflitividade social, democracia e neoliberalismo no Brasil: Pelo direito a ter direitos*

“Não podemos ter amor sem amantes, nem submissão sem senhores rurais e camponeses. A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus”. (Thompson, 1997: v1, 10).

1)Apresentação

O propósito desse artigo é analisar os principais conflitos sociais ocorridos no Brasil no recorte cronológico de janeiro de 1995 a agosto de 2001, demarcando suas especificidades, e relacionando-os com a atuação do Estado e dos agentes patronais, para estabelecer os limites democráticos de suas respostas às exigências diversas dos atores sociais em questão. Optamos pela organização deste artigo em 4 (quatro) momentos distintos: esta inicial apresentação teórico-metodológica; uma segunda etapa, onde realizamos um estudo dos conceitos de cidadania, democracia e movimentos sociais nas obras de especialistas do tema; depois, relacionamos a conjuntura neoliberal no Brasil, no período estudado, com a atuação dos agentes sociais em conflito. O artigo termina com algumas considerações finais sobre a comprovação das hipóteses apresentadas no projeto defendido para a bolsa Jovens Pesquisadores do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO).

Para conseguirmos alcançar tais objetivos realizamos uma sistematização da conflitividade social no Brasil no período estudado, cujos resultados estarão disponíveis no CLACSO para consultas. A cronologia dos conflitos sociais brasileiros que organizamos contempla os anos de 1995 até 1999. Para os anos de 2000 até agosto de 2001 utilizamos a cronologia publicada na Revista do Observatório Social da América Latina (OSAL/CLACSO).

A elaboração de nossa cronologia utilizou o método criado pelo OSAL, para manter uma padronização de fontes e de redação. Acompanhamos e sistematizamos diariamente os conflitos sociais que estão registrados na imprensa. Os critérios de seleção dos conflitos foram a ressonância política e social dos mesmos, e também a obtenção de respostas patronais ou estatais para a questão.¹ Utilizamos na coleta de fontes os seguintes veículos de comunicação: Folha de São Paulo, O Globo, Jornal do MST, revista Veja, boletim virtual do Boletim do Departamento Intersindical de Estudos de Estatísticas Sócio-Econômicas (DIEESE), e as Revistas do OSAL números 1-6. Nossa opção por canais alternativos à grande imprensa deriva da necessidade de acompanharmos os resultados dos conflitos que nem sempre possuem destaque na imprensa após o seu momento de impacto inicial.

A metodologia para coleta de fontes, de modo a obtermos uma descrição a mais completa possível, das peculiaridades que assumiram os conflitos sociais, registrados na grande imprensa e na imprensa alternativa, consiste em: Quem? Protagonistas; Como? Forma do conflito e número de participantes; Para quê? Reivindicações; Contra quem? Antagonista; Com quem? Apoios obtidos; Onde? Local; Resultado: resposta. (CLACSO, 2000, mimeo: 2).

Compreendemos que a atuação conflitiva no Brasil deve ser considerada como a luta não só por direitos já expressos na lei, como pela criação de novos direitos. Portanto, concordamos com Dagnino sobre a necessidade de definir Cidadania para além do senso comum, onde este conceito está atrelado ao pleito eleitoral e a consciência dos direitos e deveres. Segundo Dagnino, uma conceituação de Cidadania

deveria basear-se na concepção de *direito a ter direitos*, e que, portanto, não se limitaria a conquista legal ou a direitos adquiridos, mas a implantação efetiva de garantias que emergem da prática concreta e de lutas específicas dos movimentos sociais. Essa definição contempla: o direito à igualdade, o direito à diferença, a criação de sujeitos sociais ativos, e extrapola a reivindicação por inclusão no sistema político, para redefinir o próprio sistema no qual querem ser incluídos. Nesta conceituação, Cidadania pode ser entendida como uma estratégia política de transformação (Dagnino, 1994).

Preocupamo-nos, também, em definir os principais atores sociais dos conflitos analisados, de acordo com sua importância para as hipóteses que foram apresentados em nosso projeto de pesquisa. Nosso objetivo central foi explicitar a incompatibilidade entre conflitividade e neoliberalismo no Brasil, a partir das respostas estatais e patronais, demonstrando que os limites democráticos do governo neoliberal brasileiro se evidenciam na repressão e criminalização dos movimentos sociais organizados. Buscamos, enfim, a comprovação das seguintes hipóteses: a) A democracia, sob a hegemonia do neoliberalismo, não admite a contestação, revelando-se incompatível com a cidadania plena; b) Os conflitos e movimentos sociais organizados representam as forças que radicalizam o conceito de cidadania como estratégia política; c) Nas atuais condições de aumento da crise social, os conflitos expressam-se muito mais no setor público e no mundo rural, decaindo na iniciativa privada; d) A incompatibilidade entre conflitividade social e neoliberalismo leva os movimentos populares a deslocarem-se para vias não institucionais.

Devemos ressaltar que por conflito social entendemos os fatos sociais produzidos por atores sociais, com a pretensão de obter a efetivação de suas reivindicações ou objetivos, com ou sem uso da violência. O conflito social acarreta a ruptura/modificação da vida social ou da reprodução das relações sociais que sustentam a sociedade. O conflito social remete-se a um movimento social efetivado em organizações ou grupos sociais específicos, realizando uma ação particular (greve, ocupação, interrupção de via, etc) em espaço determinado, em contraposição a outros agentes sociais. (CLACSO, 2000, mimeo.). Aceitamos a existência de outros tipos de conflitividade (Cadarso, 2001), mas os limites teóricos metodológicos de nosso projeto não as contemplam. Para a comprovação de nossas hipóteses estudamos conflitos decorrentes da relação capital X trabalho e também a luta por demandas específicas como a terra, moradia ou reivindicações sociais. Não contemplamos, neste artigo e na elaboração de nossa cronologia, a conflitividade que relaciona marginalidade/violência e a discussão de exclusão social.

Em nossa pesquisa, não utilizaremos a conceituação única para conflito social e movimento social utilizadas por Cadarso (Cadarso, 2001). Para definir movimento social contamos com a contribuição de Eder Sader, segundo a qual os movimentos sociais são grupos organizados da sociedade civil que derivam de diversas classes sociais, já existentes. Estes movimentos produzem rupturas e ajuntamentos de classes, onde os contornos classistas se diluem, mas ainda assim existem como agentes transformadores da ordem social (Eder Sader, 1988: 47-49). Conclui-se que todo movimento social pode gerar conflitos sociais, mas nem todos conflitos são movimentos sociais organizadosⁱⁱ.

Utilizaremos, também, em nossa fundamentação teórica referente à conflitividade social brasileira, alguns conceitos apresentados por Cadarso autor que sistematiza as diversas teorizações referentes ao conflito social. Segundo ele, as classificações que utilizaremos em nossa pesquisa como motivos do desenvolvimento dos conflitos têm dupla característica: fazem parte do agravamento da questão social e/ou manifestam traços estritamente políticos. Com relação ao comportamento do grupo

dirigente frente aos conflitos, concordamos com a classificação do mesmo autor, segundo o qual as respostas patronais/estatais podem ser das seguintes formas: a tolerância e negociação de soluções para o conflito, a coação através de propaganda midiática para a desmoralização do mesmo ou a repressão violenta sem qualquer proposta a médio/curto prazo, podendo culminar com a criminalização dos atores contestatórios envolvidos (Cadarso, 2001:15-17).

Cadarso trata, também, da dinâmica interna do desenvolvimento dos conflitos, lembrando que o conflito social pode ser interpretado através de conotações funcionalistas, onde a reivindicação torna-se uma anomalia no equilíbrio sistemático da sociedade (Cadarso, 2001:195). Percebemos essa vertente na fala das autoridades governamentais brasileiras quando tratam a conflitividade social como um ‘perigo’ para as instituições democráticas, o que justificaria respostas estatais/patronais violentas, tratando os agentes sociais como frutos ilegítimos do comportamento social. Lembremos que a análise destes discursos não são o objetivo de nosso artigo.

Seguindo essas premissas, acreditamos que a conflitividade social brasileira necessariamente poderá ter momentos de ruptura com a institucionalidade, primeiro para a criação de direitos ainda não garantidos por lei, e, em segundo lugar, para que se crie um espaço de negociação permanente com os atores sociais reivindicatórios. Novamente, utilizaremos Dagnino para identificar os conflitos/movimentos sociais como agentes privilegiados da construção democrática do país, pois a mesma não acredita que apenas o reconhecimento formal – tal como, por exemplo, os direitos sociais garantidos na Constituição de 1988 – encerraria a luta pela cidadania plena. A autora reconhece no país uma forma de autoritarismo que pressupõe uma preponderância do Poder Executivo ou Legislativo para realização de reformas, sem que haja atuação da sociedade civil.

Lembremos também que cada momento histórico possui seus limites legais de tolerância diferenciados em relação a conflitividade social. Estes podem gerar perseguição por parte das autoridades constituídas, resultando ou na radicalização do conflito ou em sua supressão. Cadarso acredita que quando um movimento social opta por ações consideradas ilegais, os agentes do conflito buscam *comportamentos codificados*, isto é, ações coletivas ritualizadas que servem como freios auto-reguladores dos atores sociais para a manutenção de coesão mínima do grupo e como critério de eficácia da ação (Cadarso, 2001: 168). Podemos citar como exemplo dessa afirmação as técnicas de ocupação de terras do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Nossos objetivos de estudo não contemplam: uma análise estrutural da questão, os marcos institucionais de criação dos movimentos sociais ou um estudo da ideologia dos mesmos. No entanto, devido a sua importância, algumas destas questões encontram-se diluídas no decorrer do texto. Nossa preocupação não foi a análise de causas ou conseqüências dos conflitos isolados, mas o estudo do desenvolvimento da conflitividade social no Brasil e sua relação com os agentes patronais/estatais na conjuntura estudada. Buscaremos o desenvolvimento dessas demais questões em outros momentos que não cabem nos limites desse artigo.

O quadro teórico que fundamentou a comprovação de nossas hipóteses foi composto, sobretudo, pelos pressupostos defendidos por Perry Anderson, no que se refere à conceituação de neoliberalismo; Emir Sader, na análise da globalização e da conjuntura brasileira do período estudado; Eder Sader, para a análise e definição dos movimentos sociais; José Murilo de Carvalho, para a historização e análise da Cidadania no Brasil; Evelina Dagnino na conceituação do que seria a “nova cidadania”; Boaventura Souza Santos para a conceituação de Democracia; e Francisco de Oliveira,

no estudo do neoliberalismo e democracia no Brasil; além de alguns autores que abordam a centralidade da questão social e da democracia na atualidade. Utilizaremos, ainda, conforme mencionado, o conceito de conflito social elaborado pelo CLACSO.

2) Cidadania, novos atores sociais e democracia no Brasil

Interessa-nos, para esse artigo, abordarmos historicamente a construção do conceito moderno de Cidadania, e, posteriormente, relacioná-lo criticamente à democracia existente no Brasil no recorte cronológico de nossa pesquisa. Lembremos que a Cidadania moderna foi construída através de um processo dialético de disputas no seio da sociedade estamental ainda no absolutismo. Os atores sociais que participaram desse processo revolucionário, durante o final do século XVIII, buscaram libertar-se da injustiça social reinante e do despotismo, construindo a conceituação de Cidadania, e publicizando os valores democráticos vinculados ao pensamento liberal. A principal luta no período consistia não na criação de novos direitos, mas “na doação de velhos direitos a novos setores da população” (Marshall, 1967:69). Esta conquista foi conseguida mediante a crítica e a transformação total da ordem vigente (Almeida, 2000, mimeo.). Contudo, a ampliação do conceito de Cidadania para além dos ‘direitos iguais perante a lei’ é um processo que não se extinguiu ainda.

Marshall divide em etapas, para fins didáticos, a extensão lenta dos direitos de Cidadania na Inglaterra. Primeiramente, as conquistas foram direitos civis, necessários à liberdade individual. Estes, não entraram em contraste com a nova ordem liberal que se estabelecia, pautada no individualismo e no direito à propriedade. Um segundo momento, já no século XIX, trata da ampliação dos direitos políticos através da luta pelo voto universal, que por sua vez, estavam repletos de uma ameaça potencial ao sistema capitalista. Utilizando a abordagem de Gramsci, podemos entender que esta questão se resolveu através da cessão desses direitos, ao mesmo tempo em que estabeleceu uma hegemonia social burguesa, capaz de garantir a reprodução do sistema (Gramsci, 2001). Para Marshall, este segundo período separaria Cidadania de direitos sociais, visto que, numa ordem liberal, os membros tutelados pelo Estado eram considerados indigentes ou não-cidadãos. Somente no século XX acrescentou-se a discussão dos direitos sociais ao conceito de Cidadania. A resposta estatal a todo este processo de lutas e conflitos sociais foi, em última instância, a construção do Estado de Bem-Estar Social, que também não entrou em choque com o sistema capitalista (Castel, 1998).

Atualmente esta construção de cidadania está sendo repensada mesmo em países em que o problema parecia estar resolvido. Como cidadania é uma construção dentro do fenômeno histórico do Estado-Nação (Hobsbawn, 1991), cujos limites estão sendo contestados pelo atual período da globalização, ocorre uma redução de poder dos Estados, o que modifica a natureza dos direitos, principalmente os políticos e sociais. Os direitos políticos, em última instância, significam a participação dos cidadãos nos governos através da representatividade, quando estes governos reduzem sua esfera de autonomia, esta participação perde consideravelmente sua relevância. Os direitos sociais encontram-se, também, profundamente afetados por conta do aumento da competitividade e/ou pela adequação dos Estados aos programas de diminuição dos déficits públicos para a obtenção de capitais internacionais. Estas duas questões custam uma pressão para a redução do valor da mão-de-obra e para o corte de direitos sociais adquiridos (Carvalho, 2001: 13).

Para analisarmos a democracia, aceitamos a afirmação de Santos: a democracia ainda é uma utopia, cujos resultados até então construídos pautaram-se na exclusão de parcelas consideráveis da população. Os cidadãos gregos definiam democracia através

da exclusão de estrangeiros, escravos e mulheres. Já a política liberal do iniciada no século XIX estabeleceu o sistema eleitoral, que ao longo do século XX universalizou o voto, ao mesmo tempo em que reduziu os canais de participação democrática praticamente ao voto. Essa organização da sociedade excluiu a maior parte dos cidadãos da tomada de decisão políticas (Santos, 1998: 23-24). Os comunistas marxista-leninistas, durante o século XX, também construíram e definiram democracia segundo seus próprios parâmetros de exclusão. Oscilaram entre a crítica à democracia considerada burguesa, para exaltar uma “democracia socialista” que ocultava estruturas de poder autoritário e burocrático em nome do proletariado (Santos, 1998: 26).

Ao longo da segunda metade do século XX, houve muita discussão sobre a inevitabilidade e a necessidade da democracia, em contraposição aos anos de totalitarismo anteriores. No *Welfare State* acentuou-se a discussão do aumento da burocracia para os serviços públicos como algo positivo, o que garantia o pleno emprego e direitos sociais aos cidadãos. Desta forma, a social-democracia aceitou o pactuamento entre classes distintas e efetivamente elevou o nível social dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que o Estado passou a ser tratado como o agente da reforma estrutural em detrimento da atuação da sociedade civil. O caráter excludente deste modelo evidencia-se no momento em que limita os ganhos de direitos sociais aos países metropolitanos, muitas vezes as custas de populações coloniais ou dependentes economicamente. Atualmente, os limites da social-democracia vêm sendo redefinidos através da afirmação do “livre mercado” como legislador social, em detrimento do Estado (Casanova, 1998: 25).

Santos questiona as proposições liberais, segundo as quais a forma de democracia representativa – modelo hegemônico na sociedade – aparece como capaz de expressar as opiniões da sociedade e não somente as tendências dominantes do eleitorado. O autor considera que esse sistema facilita o pleito em escala ampliada, mas dificulta outras questões básicas no processo democrático: a prestação de contas e a representatividade de múltiplas identidades sociais. Para ele, os grupos minoritários não têm representatividade nos parlamentos, e a prestação de contas não se dá constantemente em debate com a sociedade, como se um mandato fosse revestido de um poder autocrático que não pressuporia a defesa dos interesses do eleitorado, que investiu seu voto em determinado representante.

Concordamos com Santos, quando este afirma que o problema está na origem dessa concepção hegemônica de democracia, que em prol de concepções homogeneizadoras de organização da sociedade nega a pluralidade humana. Para o autor uma democracia para ser construída, ou democratizada, deve ter o entendimento da inovação social articulado com a inovação institucional, isso é, deve buscar uma nova institucionalidade da política (Santos, 2002, p. 51). Para ser plural, a política necessita contar com a participação efetiva dos diversos atores sociais em um constante exercício de autorização e questionamento dos governos. Seguindo a postulação de Joshua Cohen, a democracia deve ser um novo exercício coletivo do poder político, cuja base é a participação de razões iguais (Cohen, 1997, apud Santos, 2002).

Santos aponta ainda que para seguir estas premissas na construção da Democracia do século XXI, é de extrema importância a discussão do papel dos movimentos sociais para a realização deste exercício coletivo e principalmente para a representação da diversidade cultural. Para ele, uma releitura das práticas democráticas na América Latina insere os movimentos sociais em um processo de ampliação do político, transformação social, aumento da cidadania e inclusão social participativa. O autor cita como exemplo deste processo o orçamento participativo no Brasil, ressaltando

acreditar que a defesa de uma democracia participativa é um dos pilares da reinvenção da utopia da invenção social (Santos, 2002).

No Brasil, Carvalho realizou um estudo semelhante ao de Marshall para definir historicamente como se estabeleceu a extensão de direitos civis, políticos e sociais que, para o autor, compõem a cidadania plena. Segundo ele, a sequência inglesa não é uma norma, e a alteração de sua lógica afeta a natureza da cidadania em construção (Carvalho, 2001: 12). Historicamente, a construção da cidadania no Brasil inverteu a perspectiva teórica descrita por Marshall. Segundo Carvalho, o percurso brasileiro, até a conjuntura atual, não foi capaz da construção da cidadania plena (Carvalho, 2001: 219).

Para o Brasil, a herança colonial e escravista significou: a negação da condição humana para a grande maioria da população por longos períodos, a perpetuação dos latifúndios e suas influências nas esferas de poder, e a consolidação de um Estado comprometido com o poder privado. No início da República (1889-30), as eleições eram abertas, notadamente fraudadas e controladas por chefes políticos locais (Coronéis) que garantiam a manutenção dos governadores, estes últimos barganhavam o apoio político do Governo Federal graças ao controle que possuíam em seus “currais” eleitorais (Política dos Governadores).

Durante a Primeira República, os direitos sociais eram extremamente precários. A assistência social encontrava-se praticamente nas mãos de associações particulares ou em irmandades religiosas. O governo pouco cogitava a instalação de uma legislação de proteção ao trabalhador, pois, seguindo a tradição liberal, qualquer assistência pública era considerada uma tutela à indigência e não direitos de cidadãos. Quando ocorriam conflitos sociais no período, geralmente derivavam de uma reação contra o que a população considerava uma arbitrariedade das autoridades em sua vida privada ou pela atuação de messianismos religiosos, como foi o caso de Canudosⁱⁱⁱ. Assim, o cidadão brasileiro da época era apenas uma abstração teórica (Carvalho, 2001: 83). E, como grande parte das eleições era fraudada, a participação mais comum desenvolvida no período é o que chama de *Estadania*, ou seja, a busca de uma cooperação estreita com o poder ou a busca de vantagens pessoais por meio de contato direto com agentes do Estado (Carvalho, 1987). A *Estadania* seria o contrário da Cidadania, pois, é caracterizada muito mais pela noção de favor ou vantagem pessoal do que pela consciência de direitos.

Durante a “Era Vargas” (1930/45), se constituem a Ação Integralista Brasileira (AIB) e a Aliança Nacional Libertadora (ANL), os primeiros partidos nacionais que obtêm algum apoio popular^{iv}. Todavia, estas agremiações sobrevivem por poucos anos: em Novembro de 1937, Vargas instaura o Estado Novo, proibindo a existência de partidos políticos.

Carvalho também acredita que 1930 a 1964 é o período divisor de águas da aceleração dos direitos sociais no Brasil. Getúlio Vargas criou a legislação trabalhista e a Previdência Social para trabalhadores urbanos, mas essas leis não atenderam aos trabalhadores rurais e domésticos. Os direitos políticos e civis tornaram-se instáveis pelo autogolpe que proclamou a Ditadura do Estado Novo (1937/45). O período democrático posterior (1946/64) seguiu sob pressões de grupos de direita e esquerda. Os primeiros realizaram o golpe de 1964 para “frear” o comunismo e os segundos queriam garantir a aprovação das “Reformas de Base”, das quais a reforma agrária era considerada o componente mais radical.

No período 1946/64, a burguesia brasileira tampouco prescindiu de identificação íntima com as principais agremiações da época, dividindo-se entre eles esquematicamente: o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) que agrupava o setor industrial – dependente de financiamento público, da continuidade da política de

substituição de importações e de maior participação estatal na vida econômica, além de dirigentes do sindicalismo corporativo. A UDN (União Democrática Nacional) representava os setores de finanças e comerciantes vinculados às trocas internacionais – adeptos ao ideário do liberalismo econômico. O PSD (Partido Social Democrático) se constituía dos grandes proprietários rurais. Além desta tríade, existiam, ainda, partidos menores (Partido Republicano, Partido Liberal, Partido Socialista Brasileiro, entre outros). Ressalte-se, todavia, o caráter simplificador e didático dessa tipificação.

Com o golpe militar de 1964, os direitos civis e políticos foram duramente atingidos, e a repressão foi mais violenta e extensa em comparação ao Estado Novo. O Ato Institucional número 5, em dezembro de 1968, fechou o Congresso Nacional e suspendeu o hábeas corpus para crimes de segurança nacional. Neste período, mandatos foram cassados, a imprensa é censurada, eliminada a liberdade de opinião e reunião, proibidas as greves. Ocorreram prisões arbitrárias, “desaparecimentos” e “suicídios” de lideranças nas prisões políticas; ao mesmo tempo em que, de forma bizarra, as eleições legislativas foram mantidas com restrições, concorrendo somente 2 (dois) partidos políticos: a situação na Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e a oposição consentida no Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

Em meio à cassação de mandatos (1978) e a criação de senadores chamados “biônicos” (eleitos indiretamente pela maioria da ARENA no Senado), o mais estranho é que o eleitorado ampliou de 18% da população em 1960, para 47% em 1986. O que significou no período o acréscimo ao universo eleitoral de cerca de 53 milhões de brasileiros, que votavam sem ter sua representatividade garantida. Pressionados pela repressão a qualquer movimento contestatório efetivo e negando-se a participar do pleito eleitoral sob as condições supra mencionadas, diversos grupos optaram pela luta armada, conhecida no Brasil como “guerrilha urbana”^v.

Enquanto isso, segundo Eder Sader, o final da década de 1970 assiste ao surgimento de novos atores sociais; tais sujeitos procuravam solucionar questões específicas (moradia, saneamento, terra, etc) e formularam, assim, os movimentos populares que expressavam na época necessidades sociais que não encontravam sustentação no sistema político da ditadura militar. Temos assim uma nova configuração das classes populares, baseada nas experiências cotidianas e no conflito social direto. Nos anos 80, os movimentos sociais se organizaram ainda mais^{vi}, novos conflitos deflagraram-se, ganhando forma de reivindicação de direitos que deixaram marcas na Constituição de 1988, numa década vivida sob a esperança democrática e encerrada a partir da ascensão do projeto neoliberal no Brasil.

A professora Ruth Cardoso afirma que nesse segundo momento, na década de 80, ocorreu uma institucionalização desses movimentos, o que colocaria em choque as suas próprias representações de autonomia e independência enquanto sociedade civil ou frentes comunitárias (Cardoso, 1994:86-87). A autora relembra, também, que cidadania não é algo novo, mas que, atualmente, a esfera pública já admite que terá de se responsabilizar por alguns direitos sociais coletivos. Para ela, a comprovação dessa hipótese está na inclusão de vários temas sociais na Constituição de 1988.

Segundo Carvalho, a grande inovação do período foi a criação do PT e o ressurgimento do movimento sindical com estreitas ligações com esse partido. Esse sindicalismo, ao contrário do corporativismo/cooptação de períodos anteriores, buscava definir-se pelas bases em grandes assembleias e criou ilegalmente a primeira Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (CONCLAT), que, dois anos depois, sofreria uma dissidência, formando a Central Única dos Trabalhadores (CUT), grupo ligado ao PT. Em 1986, a CONCLAT torna-se a Central Geral dos Trabalhadores (CGT).

Em 1979, houve também a formação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), formada da iniciativa de vários sindicatos do campo aproximand-seo também de grupos de oposição católicos militantes, Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e o PT – inclusive, parte dos formadores deste partido originaram-se da Igreja Católica. No mesmo período, instituições civis como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) atuaram a favor das restaurações das liberdades individuais, políticas e pelos direitos humanos. Simultaneamente, a União Nacional dos Estudantes (UNE) é reconstruída, sendo hegemonizada por militantes do Partido Comunista do Brasil (PC do B).

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) foi organizado no período de 1979 a 1984, fruto da articulação das lutas pela resolução da questão agrária no Brasil. De 21 a 24 de janeiro de 1985 ocorreu o I Encontro Nacional dos Trabalhadores Sem Terra no Paraná, e até os dias atuais já se contabilizam aproximadamente: mais de 250 mil famílias assentadas, 70 mil famílias acampadas, 100 mil crianças e adolescentes nas escolas do movimento, além da massiva alfabetização de jovens e adultos ligados ao MST (Caldart, 2001: 126).

Com o término do regime militar, em 1985, ocorre uma “explosão” partidária; todavia, estas agremiações não possuem, salvo raras exceções, uniformidade ideológica nítida, procurando agrupar de sindicalistas a integrantes de oligarquias estaduais. Os diversos setores da burguesia, novamente, não estabeleceram vínculos identitários sólidos, adequando-se às especificidades regionais e/ou conjunturais.

De forma esquemática, podemos dizer, que o PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), surgido em 1988 de uma dissidência do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) representa, na atualidade, o grande capital, defendendo a privatização, o desmonte do Estado e a abertura econômica; sua força eleitoral reside nos principais Estados da Federação – a saber: São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, que governou durante parte dos anos 1990^{vii}; além destes, elegeu Fernando Henrique Cardoso para a Presidência da República nos quadriênios 1995/98 e 1998/2002.

O PFL (Partido da Frente Liberal) surgiu em 1984, cindindo o partido governista da época (PDS – Partido Democrático Social); seus principais líderes participaram ativamente do regime militar^{viii}; engloba as oligarquias, especialmente na região Nordeste e no interior do país, assemelhando-se ideologicamente ao PSDB, associado ao qual elegeu Marco Maciel para a vice-presidência da República nos quadriênios 1995/98 e 1998/2002; opõe-se firmemente as propostas de alteração da estrutura fundiária – de onde provem sua força eleitoral.

O PMDB possui caráter polimórfico, constituindo-se no início dos anos 80, por grande parte dos membros do antigo MDB, após o fim do bipartidarismo. Organiza-se de acordo com as realidades locais, abrangendo setores empresariais dependentes de “proteção” estatal, além de algumas oligarquias regionais; controla cerca de 1/3 do Senado Federal e possui aproximadamente 20% da Câmara dos Deputados, sendo considerado o maior partido do país. Seu poderio eleitoral encontra-se difuso, mantendo-se como 2ª ou 3ª força nos principais Estados da Federação – salvo no Rio Grande do Sul, onde se apresenta com grande número de eleitores.

O PPB (Partido Progressista Brasileiro) surgiu no início dos anos 1990 das ruínas do antigo PDS; representa, na atualidade, agrupamentos sociais defensores do retorno da ditadura militar, e, principalmente, os interesses da grande propriedade rural^{ix}. Encontra-se em decadência, com sua bancada parlamentar reduzindo-se a cada eleição; sua base principal encontra-se nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Santa Catarina (único Estado que governa).

O PTB ressurge no início dos anos 1980, como força auxiliar do regime militar, que, então, encontrava-se em seus estertores. Constitui-se, na atualidade, pálida sombra do que fora entre 1946 e 1964; de modo análogo ao PPB, encontra-se em declínio, vinculando sua sobrevivência a uma eventual fusão com o PDT (Partido Democrático Trabalhista, fundado e liderado por Leonel Brizola); ainda assemelhando-se ao PPB, o número de parlamentares petebistas tem se reduzido substancialmente ao longo da década de 1990; atualmente, não governa qualquer Estado da Federação, mas, agrupado em torno da candidatura Ciro Gomes, aparece como efetiva alternativa de poder para as forças conservadoras^x.

Apesar do pluripartidarismo, a democracia política não resolveu problemas econômicos graves e a desigualdade ampliou-se no país. Com a incorporação do voto facultativo dos analfabetos e aos jovens entre 16 e 18 anos na Constituição de 1988, ampliou-se consideravelmente a representatividade das eleições. Mas ainda ocorre um desequilíbrio nas eleições, pois os Estados elegem, apesar de sua disparidade populacional, no mínimo 8 (oito) deputados federais e, sempre, 3 (três) senadores. Assim, por exemplo, São Paulo encontra-se sub-representado em relação ao Acre e a Tocantins. Semelhante disparidade possibilita, ainda, a eleição de bancadas fortemente vinculadas ao latifúndio, mesmo em um país marcadamente urbano.

Podemos concluir que a lógica invertida da construção da cidadania brasileira fez com que os direitos sociais tivessem sido ampliados em períodos ditatoriais, com liberdades civis e políticas suspensas. A grave conseqüência disso foi a excessiva valorização do Poder Executivo para a solução dos problemas sociais, ao mesmo tempo em que se desvaloriza as atitudes “políticas” da sociedade, ou seja, qualquer mobilização das camadas populares é considerada uma afronta à ordem, colocando em risco a democracia (Carvalho, 2001). Somado a este panorama, o Brasil possui falhas consideráveis no sistema educacional, considerável poder dos defensores do latifúndio, grande número de analfabetos e perdura a crença de que a democracia resume-se ao ato obrigatório de votar.

3) O Conflito Social e os limites da Democracia sob o neoliberalismo no Brasil

Na América Latina, o neoliberalismo significou, fundamentalmente, a ampliação das desigualdades sociais historicamente acumuladas. A desregulamentação da economia e a precarização das relações trabalhistas trouxeram como resultado por um lado, o aumento da concentração de renda, e, por outro, o empobrecimento generalizado dos assalariados, o aumento dos subempregos, o processo de desfiliação do mercado de trabalho (desemprego) e uma crescente exclusão social. O neoliberalismo na América Latina representou, na prática, e, sobretudo, o acirramento da questão do desemprego e o dessalariamento para amplos segmentos sociais, aumentando o distanciamento entre ricos e pobres, tornando as políticas sociais inviabilizadas – em nome da estabilidade monetária (Castel, 1997).

O discurso neoliberal argumenta, ainda, que a eliminação – ou, ao menos, a drástica redução – da legislação trabalhista ampliará a competitividade dos produtos latino-americanos no mercado internacional, além de favorecer a criação de novos postos de trabalho “flexibilizados”, o que acarretará importantes divisas para a manutenção da estabilidade econômica^{xi}. A desregulamentação da economia tende a favorecer o capital, em detrimento do trabalho, objetivando-se, com este movimento, aniquilar o poder dos sindicatos, tornando possível aumentar os lucros da burguesia e, também, ampliar os níveis de desigualdade social. Emir Sader analisa as últimas décadas do século XX como o momento onde ocorreu a maior concentração da riqueza

e expropriação de direitos elementares, principalmente do trabalho formal, que, segundo ele, caracterizava a própria Cidadania em períodos anteriores (Emir Sader, 2000). A solidariedade e os valores morais são resgatados pelo viés conservador, responsabilizando a sociedade civil pelas mazelas sociais cuja solução devia ser uma das prioridades do Estado. Daí, a proliferação de programas baseados na contribuição financeira da sociedade, como a Comunidade Solidária (Soares, 1999).

Como sabemos, a América Latina não conseguiu alcançar o padrão do Estado de Bem Estar Social europeu, confeccionando um modelo de Estado assistencialista desenvolvimentista, mas até mesmo as políticas sociais incipientes aqui produzidas foram suprimidas em nome do sucesso da política antiinflacionária, principalmente nos casos da Argentina e do México. Simultaneamente, e como decorrência da adoção do neoliberalismo na região, deparamo-nos com o crescimento avassalador da dívida interna destes países, o que possibilitou aos governos anunciarem a privatização do setor produtivo estatal como única saída para evitar o colapso da estabilidade econômica, controlando o déficit público – cujo crescimento deveu-se, basicamente, à adoção de elevadas taxas de juros, atrativo fascinante para o capital especulativo flutuante “investir” na região.

No Brasil, as tentativas de implementação do projeto neoliberal remontam ao governo de Fernando Collor de Mello (1990/92), através de medidas de impacto (extinção de órgãos públicos, venda de empresas estatais, colocação de funcionários em disponibilidade), e também pela apresentação de mudanças ao texto constitucional. Entretanto, a constatação factual da corrupção, aliada à resistência do movimento social ao desmonte do Estado – e, também, à falta de consenso presente no interior da própria classe dominante – encerraram sua administração com o impeachment.

Neste contexto, a administração do Vice-Presidente Itamar Franco (1992/94) não reuniu as condições objetivas mínimas para adotar o projeto neoliberal: a burguesia nacional encontrava-se dividida internamente, ao passo que os movimentos sociais adquiriram maior poder de pressão. Contudo, tal governo adiantou-se, ao promover a privatização de parte do setor siderúrgico; igualmente, este governo tornou possível a eleição de um sucessor capaz de radicalizar o neoliberalismo no país, através do Plano Real e do maciço investimento em propaganda sobre os benefícios do término da inflação.

Com Fernando Henrique Cardoso (FHC), a situação modifica-se drasticamente: a classe dominante se unifica em torno do discurso neoliberal, onde a defesa da moeda aparece como carro-chefe da campanha eleitoral; aglutina-se, deste modo, uma das maiores coalizões conservadoras da história brasileira^{xii}. De acordo com Emir Sader, um membro das elites declarou que, após Collor, estavam esgotadas as possibilidades da direita eleger um presidente (Sader, 1999:50). Podia-se concluir, daí, duas questões: ou bem haveria chegado a hora da esquerda, ou, ao contrário, seria retirado da esquerda o candidato das elites nacionais. O novo presidente serviu prontamente à segunda opção.

O PSDB não emergiu do movimento sindical – ao contrário da vertente européia. Desvinculado do mundo do trabalho, tal partido não pregava o Estado de Bem-Estar Social^{xiii}. Este partido originou-se de uma frente de oposição pluriclassista, tendo o discurso da moralidade como um de seus elementos fundamentais. Em torno do PSDB e da candidatura de Fernando Henrique Cardoso constituiu-se a coalizão conservadora que conseguiria derrotar as pretensões de Luís Inácio Lula da Silva, candidato do Partido dos Trabalhadores (PT) e da Frente Popular^{xiv}.

Como resultado, as eleições de 1994 colocam os principais Estados da Federação sob controle dos aliados do Governo Federal, restando à oposição Estados periféricos^{xv}. Já em seu 1º ano de governo (1995), o Presidente explicita sua opção pelo

neoliberalismo, impondo inúmeras mudanças no texto constitucional de 1988, especialmente no que se refere à ordem econômica, eliminando-se, com isto, quaisquer referências ao controle estatal sobre o subsolo, o petróleo, a energia elétrica e as telecomunicações, além de equiparar empresas estrangeiras e nacionais. Procurava, assim, tornar o Brasil “atraente” para os investidores estrangeiros, e, ainda, subtraía ao Estado o papel de responsável pelo controle de áreas estratégicas da economia nacional.

A estabilização monetária permitiu por algum tempo o controle da inflação, às custas de: elevadas taxas de juros para atrair capitais externos voláteis, dificuldades na exportação de nossos produtos, restrições ao consumo interno e aumento da dívida pública interna. Os efeitos da crise brasileira, com a deterioração do Plano Real, somente foram sentidos após a reeleição de Fernando Henrique Cardoso, na crise cambial de janeiro de 1999. O diagnóstico do Governo Federal sobre a crise responsabilizou o processo de globalização, como se tal crise somente fosse gestada fora do governo, e não pela adoção dos princípios neoliberais. Mais uma vez, o crescimento do Estado foi visto como o grande vilão a ser combatido, sendo posta em prática uma campanha contra os “privilégios” e “interesses corporativos” do funcionalismo público e dos sindicatos. Assim, as reformas da Administração Pública, da Previdência Social e da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) passaram a ser prioridades para a estabilidade nacional^{xvi}.

No contexto acima, a partir de 1995 até 2001, é fundamental para a consecução de nossos objetivos analisar a relação do governo Fernando Henrique Cardoso com os agentes da conflitividade social, assim como os limites democráticos estabelecidos nesta relação. Segundo Oliveira, no Brasil, todo o esforço de democratização, de criação de uma esfera pública como espaço de se realizar a política, sempre se deveu à ação das classes populares, sendo o Estado o responsável pela organização social “harmônica”, através da eliminação da fala ou até dos agentes políticos contestatórios (Oliveira, 1998).

“Neste quadro, a violência que campeia na sociedade brasileira e, sobretudo, a violência que é produzida pelos próprios aparelhos de Estado não é senão uma pálida sombra da exclusão da fala e da privatização do público, e, no seu rastro, da anulação da política.” (Oliveira, 1998: 81)

Na atualidade, verifica-se uma exacerbação deste quadro nas formas de tratamento dispensadas pelo poder estatal com relação à conflitividade. A política “policial” ainda atua através da repressão violenta e criminalização dos agentes sociais contestatórios, mas, por outro lado, o governo Fernando Henrique Cardoso usa a desmoralização da fala e dos discursos contrários, identificando-os com o “atraso” e a desordem, para a fabricação de um consenso em torno da capacidade estatal em solucionar os conflitos sociais de uma forma gradual e segura, garantindo a estabilidade econômica do país, assim como suas instituições democráticas (Oliveira, 1998: 80).

No intuito de desconstruir essa forma de “totalitarismo”, Oliveira propõe que as Ciências Sociais realizem uma crítica ao reducionismo que identifica a democracia burguesa em sua vertente norte-americana como valor universal, lembrando que a hegemonia ou consenso democrático nega a existência do conflito e legitima, assim, a vitória do pensamento único, onde o cidadão é definido e aceito, apenas, como eleitor e nunca como parte integrante do processo democrático (Oliveira, 1998: 80).

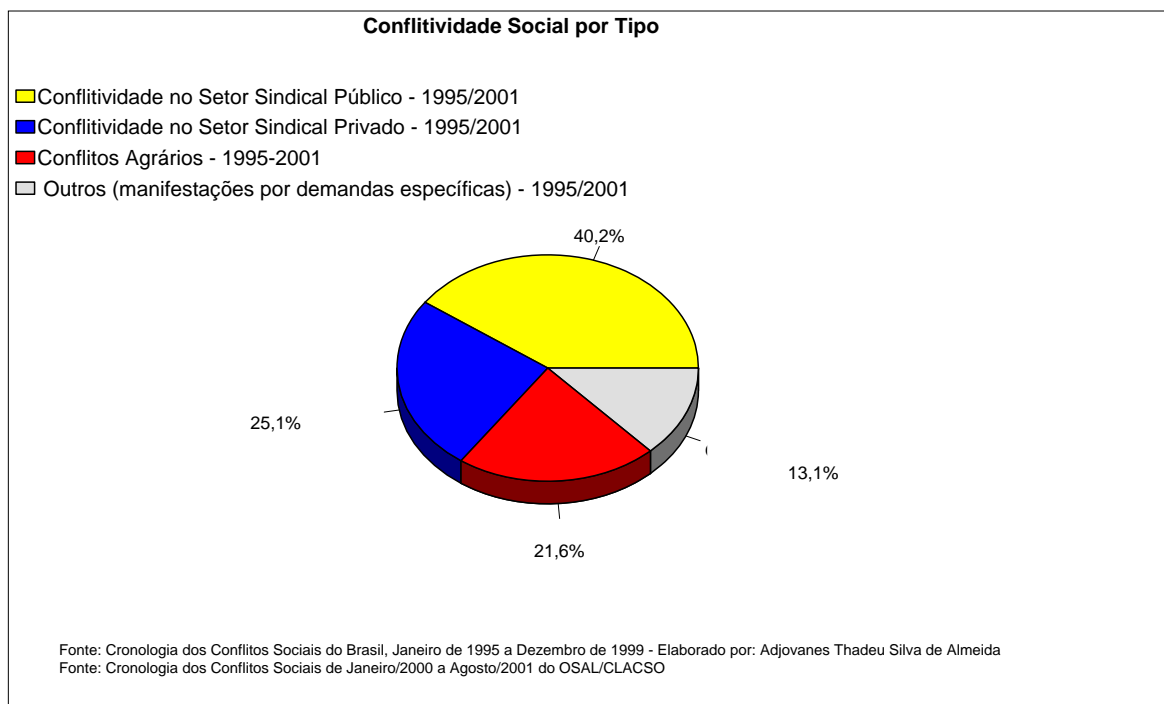
A atual crítica neoliberal à presença estatal reedita um clima de exacerbação ideológica que busca uma reimplantação de princípios políticos anteriores a 1929, sendo que as conquistas populares obtidas durante a vigência do Estado de Bem-Estar Social, nos países desenvolvidos, converteram-se em cláusulas constitucionais consideradas

inegociáveis pelos trabalhadores, gerando um período onde recrudescer a conflitividade social em torno de direitos adquiridos. No caso da América Latina, onde o bem-estar social não se estabeleceu, a luta, em muitos casos, prevê a criação de direitos sociais e manutenção de poucas cláusulas legais referentes à seguridade social.

De acordo com Castel, o núcleo central da questão social hoje é a existência de ‘inempregáveis’ ou ‘inúteis para o mundo’, que, em um contexto de diminuição do Estado, vivenciam uma vulnerabilidade após um período de proteções. Corre-se o risco do retorno a uma individualização das ajudas, em contraponto ao direito coletivo, voltando a questão social a ser norteadas por uma lógica de filantropia, pautada na fidelidade ao Estado de direito. Como exemplo, no caso do Brasil, podemos citar as reivindicações sociais dos “sem-”, despossuídos de terra, trabalho ou habitação. O Estado aparece como benfeitor para aqueles que, por fidelidade, não atuam por vias reivindicatórias coletivas. “Jure fidelidade e será socorrido” (Castel, 1998:610).

De acordo com a cronologia por nós confeccionada para esta pesquisa e com a revista do OSAL, que se encontra disponível a todos os interessados no CLACSO, durante a administração de Fernando Henrique Cardoso, entre 1995 e agosto de 2001, o conflito social possuiu os seus principais personagens nas seguintes categorias: o funcionalismo público e os sem-terra. O gráfico abaixo explicita a preponderância do setor público e do mundo rural sobre os trabalhadores da iniciativa privada. Tal fato deve-se, provavelmente, aos novos contornos da questão social no Brasil, onde o poder do sindicato ficou reduzido pelos efeitos da política neoliberal e pela ampliação do desemprego no país. Os trabalhadores do setor privado promovem greves “defensivas”, isto é, procuram preservar o nível de emprego e benefícios, praticamente abstendo-se de obter ganhos salariais reais – ou seja, que superem as perdas inflacionárias.

No texto abaixo percebemos que a soma dos conflitos do serviço público, junto aos conflitos agrários, é 61,8% do total, o que demonstra a preponderância desses setores na conflitividade brasileira.



Para o melhor entendimento do clima de protestos que caracterizaram o período em estudo, selecionamos de nossa cronologia e do OSAL, os conflitos mais significativos em relação a resposta patronal/estatal. A partir deles, nossas considerações finais tratarão dos limites da democracia no Brasil neoliberal.

Podemos dizer que de 1995 até 2001, os principais antagonistas foram o poder público, os grandes proprietários rurais e alguns setores da burguesia produtiva/industrial. Mas, visivelmente, a contestação social caracterizou o período. Estes grupos participaram de inúmeros protestos, ora contra as reformas constitucionais propostas pela União, ora contra a política econômica do governo Fernando Henrique Cardoso, ora em prol de reforma agrária.

O MST emerge como um dos principais agentes sociais no que se refere a conflitividade; ocupações de áreas rurais (públicas ou privadas) e de prédios estatais (notadamente o INCRA e escritórios regionais do Ministério da Fazenda), interrupção de vias, acampamentos e outras formas de protesto explicitam a tensão existente no mundo rural brasileiro. O MST pode ser considerado no país um dos principais atores que atuam no conflito social brasileiro. Além do alcance dos números acima, outro motivo para essa afirmação é sua principal forma de luta, ou seja, os acampamentos em terras improdutivas. Devido ao seu crescimento e sua contestação frontal à propriedade privada, o MST contabiliza um grande número de militantes mortos por proprietários rurais ou pela repressão estatal^{xviii}. Dois exemplos emblemáticos da conflitividade presente no campo: o primeiro, em 09/08/95, a PM promove reintegração de propriedade ocupada pelo MST, entrando em confronto com os sem-terra que aí estavam; como resultado, 11 pessoas morreram (9 sem terra e 2 PMs); até a presente data, nenhum dos envolvidos foi julgado. O segundo, em 17/04/96, na cidade de Eldorado dos Carajás (PA), quando, objetivando desbloquear rodovia estadual, 200 policiais militares enfrentam 3.500 sem-terra, o que resulta na execução de 19 membros do MST. Desde a véspera, os manifestantes interditavam a rodovia estadual PA-150.

Esta última chacina obteve repercussão nacional e internacional: manifestações reuniram aproximadamente 15mil pessoas em todo o Brasil. A CNBB conclamou as igrejas a realizarem missa de 7º dia e o papa João Paulo II condenou o episódio (24/04). Como resposta, o Poder Público afastou o Comandante do batalhão envolvido na ação (28/04), ao passo que o INCRA suspende a compra da fazenda Macaxeira, devido ao suposto envolvimento de um de seus proprietários na chacina (03/05). Por fim, o Poder Executivo do Pará anuncia pagamento de pensão de R\$300 (retroativo a abril), a partir de janeiro, a parentes de 10 dos chacinados pela PM. Verificamos, pelo acompanhamento dos conflitos no campo e na cidade, que a maioria das mortes ocorrem no campo, onde o poder cristalizado do grande proprietário por vezes impera sobre a lei.

No início da administração de Fernando Henrique Cardoso, a política estatal oscila entre a negociação e a repressão. Lideranças do Movimento são recebidas pelos dirigentes do INCRA e dos órgãos estaduais responsáveis pela questão agrária. Ao mesmo tempo, em 06/06/95, no Dia Nacional do Trabalhador Rural, militantes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), da CUT (Central Única dos Trabalhadores) e da CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) realizaram protestos em todo o país, ocupando sedes regionais do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) nas cidades de Porto Alegre (RS), Curitiba (PR), Rio de Janeiro (RJ) e João Pessoa (PB); eles promoveram acampamento no campus da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), em Campo Grande; além disso, no interior do Estado de São Paulo, eles interditaram a BR-153 durante a manhã; em Santa Catarina, os manifestantes interditaram por duas horas o tráfego na ponte que liga a ilha de Florianópolis ao continente; cerca de 3.500 pessoas

participaram dos protestos em todo o país, que e objetivavam o assentamento das famílias sem-terra que se encontram acampadas pelo território nacional.

O MST demonstrou seu nível de organização em diversos momentos: quando realiza o 3º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, que reuniu cerca de 5 mil delegados de todo o país, em julho de 1995, em Brasília (DF). Em 11/10/95, quando se realiza o 2º Congresso Infanto-Juvenil do MST, em Porto Alegre (RS), o qual contou com a participação de cerca de 120 crianças e adolescentes, que reivindicavam a criação de uma escola ambulante para 250 crianças acampadas no interior do Rio Grande do Sul. Ou, ainda, entre 08/08/00 e 12/08/00, quando realizou o 4º Encontro Nacional, a maior reunião de uma entidade rural na história brasileira, que reuniu 11 mil delegados em Brasília (DF) para discutir os rumos do movimento e elaborar a pauta de reivindicações da entidade para os anos vindouros.

E, principalmente, quando organizou as marchas nacionais, que seguem rumo à Brasília (DF), para reivindicar a efetivação da reforma agrária propagandeada pela União. Em abril de 1996, o MST inicia caminhada em todo o território nacional, objetivando pressionar a União a acelerar a reforma agrária; este protesto reuniu cerca de 9mil manifestantes. Confrontos com a PM explicitam os limites concretos do direito constitucional de “ir e vir”. Assim, em 10/04, a Polícia reprime a marcha em Minas Gerais e Alagoas; na região metropolitana de Belo Horizonte (MG), com a justificativa de apreender ferramentas (foices, enxadas, machados, facões) a Polícia deteve 16 indivíduos (12 sem-terra, 3 sindicalistas e 1 padre); em Matriz do Camaragibe (AL), 80 soldados do Batalhão de Choque da PM detiveram cerca de 550 sem-terra, que foram obrigados a entregar as ferramentas que portavam; no dia seguinte, na cidade de Fortaleza (CE), a PM deteve 9 caminhões e 2 ônibus que transportavam, aproximadamente, 500 sem-terra.

Em 1997, além da continuidade das ocupações, o Movimento organizou – juntamente com a CUT, PT, PC do B e PDT, entre outros – a Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça, que chega à capital da República em 13/04; em 17/04, ato público reúne cerca de 30mil pessoas, que exigem modificações na política econômica, agilidade na reforma agrária, a interrupção do processo de privatização e a suspensão da tramitação das propostas de reforma constitucional dos capítulos sobre Administração Pública e Previdência Social. No dia seguinte, o Presidente da República concede audiência, no Palácio do Planalto, a 23 líderes nacionais dos sem-terra, mas recusa-se a discutir modificações na política econômica, debatendo apenas a questão agrária. A manifestação, pelo seu caráter nacional e pelo comportamento da imprensa, não pode ser ignorada. A mesa de “negociação” foi uma resposta midiática para mostrar o caráter “democrático” do governo, mas que não colocou a reforma agrária na agenda de prioridades.

Organizado nacionalmente, o Movimento atua nas várias regiões, especialmente no Pontal do Paranapanema (SP), o que serve de pretexto para o governo estadual paulista suspender as negociações. Até então, o ITESP (Instituto de Terras do Estado de São Paulo) realizava assentamentos de famílias acampadas no Pontal. Ressalte-se, ainda, que o grande número de ocupações promovidas nesta área devia-se à estratégia local dos sem-terras: ocupar repetidamente as mesmas fazendas, abandonando-as pacificamente a cada vez que os latifundiários obtinham, através do Poder Judiciário, mandados de reintegração de posse.

A repressão estatal quanto à questão fundiária não se restringiu ao MST. Assim, em 30/01/96, quando pequenos proprietários rurais ocuparam a Delegacia do Ministério da Fazenda sediada em Porto Alegre (RS), houve confronto com a Brigada Militar, resultando em 53 feridos; os manifestantes reivindicavam auxílio às famílias afetadas

pela seca. Evidencia-se a pluralidade de agentes sociais envolvidos no conflito fundiário brasileiro; repressão e protestos seguem em paralelo. Contudo, ainda há espaço para diálogo. Em fevereiro de 1996, o Governo Federal desapropria 112.247 hectares em 11 Estados, em meio à campanha publicitária que, implicitamente, vincula o MST à desordem, questiona: para que “invadir” a propriedade alheia? Tal fato deve-se ao apoio obtido pelo Movimento dos Sem terra – favorável à reforma agrária, contrário à criminalização da questão social. Essa campanha desenvolvida na mídia comprova a teoria de Oliveira sobre a desmoralização midiática da fala de agentes contestatórios e principalmente a anulação da política como um terreno de atuação dos movimentos sociais (Oliveira, 1998).

Ainda em 1996, por ocasião da votação do projeto de lei que estabelece o rito sumário nos processos de desapropriação para fins de reforma agrária, o MST realiza diversas manifestações em Brasília, com o intuito de pressionar a Câmara dos Deputados: em 12/08, 350 sem-terras acampam na Esplanada dos Ministérios; 200 mulheres integrantes do MST promovem passeata em homenagem ao Dia Nacional de Luta contra a Violência no Campo, após a qual entregaram documento aos representantes dos Ministérios da Justiça e de Política Fundiária e à representação da ONU (Organização das Nações Unidas), exigindo punições para os envolvidos nas chacinas de Eldorado dos Carajás (PA) e Corumbiara (RO); a seguir, elas foram recebidas em audiência pelos presidentes do Supremo Tribunal de Justiça (STJ) e da Câmara dos Deputados. Tais manifestações também reivindicam o assentamento das 44 mil famílias acampadas e servem de justificativa para a ruptura do diálogo, por parte do Ministério de Política Fundiária, que, em reação à organização dos sem-terra, anuncia que pressionará o Congresso Nacional para que vote o mais rápido possível a lei que impede o Poder Público de desapropriar áreas “invadidas” pelo MST.

Às ocupações promovidas pelo MST, os proprietários rurais respondem com violência; assim, no Estado do Paraná, seguranças particulares baleiam um integrante do Movimento durante tentativa de ocupação de área rural (16/08/97), o qual falece em 20/08/97; a PM não identificou o autor dos disparos e não efetuou qualquer prisão. Simultaneamente, os latifundiários realizam demonstrações de força: organizados pelo Movimento Nacional de Produtores (MNP), ocupam o plenário da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, em Campo Grande, objetivando pressionar o governo estadual a cumprir os mandados de reintegração de posse expedidos pela Justiça em áreas invadidas por sem terra; os fazendeiros conseguiram que os parlamentares criassem uma comissão (com 5 deputados da “bancada ruralista”) para encaminhar suas reivindicações. O MNP é apoiado por quatro das principais entidades representativas do setor no Brasil: Confederação Nacional de Agricultura (CNA), Sociedade Rural Brasileira (SRB), Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e Associação Brasileira dos Criadores de Zebu (ABCZ) e o movimento criou a segunda coordenadoria regional do país em Londrina (PR), pois neste ano o governo paranaense deixou de cumprir cerca de 40 mandados de reintegração de posse de fazendas invadidas por militantes de movimentos dos sem-terra. A criminalização do conflito social emerge como estratégia estatal. Assim, a Promotoria de Conflitos Agrários da Paraíba solicitou, em 25/09/97, a prisão de 4 integrantes da CPT, sob acusação de “formação de quadrilha”, devido a sua atuação na ocupação de áreas rurais no Estado. Anteriormente, o Poder Judiciário já havia emitido ordens de prisão contra lideranças do MST.

Em 1998, além das ocupações promovidas, o MST realizou, ainda, protestos contra a fome que grassava o mundo rural nordestino durante a estiagem ocorrida durante o 1º semestre. Igualmente, o Movimento organiza, em conjunto com a CNBB,

CUT, e CMP, o 4º Grito dos Excluídos, ocorrido em 07/09/98, e que reuniu milhares de pessoas nas principais cidades da Federação. Os sem-terra também recorreram à greve de fome como forma de pressionar as autoridades estatais a aceitarem suas reivindicações: entre 11/09/98 e 26/09/98, 11 militantes do MST promovem greve de fome na Superintendência Regional do INCRA situada em Marabá (PA), exigindo a desapropriação de áreas no Estado.

Muitos dos protestos realizados pelo MST são, sob nossa perspectiva, carregados de simbolismo. Assim, o Movimento promoveu uma série de manifestações paralelas às festividades oficiais pelos 500 anos da chegada de Pedro Álvares Cabral ao atual território brasileiro: em 14/04, a PM do Estado da Bahia intercepta 400 sem-terras que rumavam para a cidade de Porto Seguro (BA), resultando em 11 detidos e 3 policiais feridos; entre 17/04/00 e 18/04/00, ele realiza uma série de ocupações de áreas rurais em todo o território nacional, além de participar dos protestos que acontecem na cidade de Porto Seguro (BA) no dia 22/04.

Conforme afirmamos anteriormente, em que pese sua importância, o MST não aparece como único interlocutor dos “excluídos” do campo; além dele, existem inúmeras Federações de Trabalhadores (em geral, filiadas à Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura – CONTAG), que organizam setores importantes do universo agrário. Os cortadores de cana formam um destes setores: Em 01/11/98, os 132mil canavieiros entram em greve no Estado de Pernambuco, reivindicando 31% de reajuste salarial, entre outros itens, enquanto o Sindicato dos Cultivadores de Cana de Pernambuco (representante patronal) oferece 3,16% de reajuste – condicionado ao aumento da meta diária individual de 2,4 toneladas para 3,2 toneladas. Em 04/11/98, conflito entre grevistas e PMs – apoiados por seguranças particulares – resultam na morte de 1 trabalhador rural e outros 13 feridos a tiros; a Polícia Civil não prendeu nem interrogou nenhum PM ou segurança particular envolvido no conflito.

No que se refere ao confronto entre o funcionalismo público e o Estado, um dos principais momentos foi, sob nossa perspectiva, a greve dos petroleiros. De âmbito nacional, durou 1 mês (de 03/05/95 a 03/06/95), atingindo seriamente a produção de combustíveis e contou com a adesão estimada de 85% da categoria (aproximadamente 42,5mil trabalhadores); coordenada pela FUP (Federação Única dos Petroleiros, entidade filiada à CUT), atingiu praticamente todas as refinarias – muitas das quais ocupadas pelos grevistas; além desta modalidade de protesto, os petroleiros realizaram várias outras formas de manifestação, dentre as quais destacamos: greve de fome (Refinaria Planalto, no Estado de São Paulo, em 09/05/95), passeatas em frente à sede da PETROBRAS (na cidade do Rio de Janeiro, em 05/05/95), operação padrão (no Estado de Pernambuco, em 15/05/95) e piquetes (na Refinaria Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro, em 27/05/95).

A resposta da União à greve dos petroleiros fundamentou-se na repressão e criminalização: em 04/05/95, através de decreto presidencial, estabeleceu punições para os grevistas; no dia seguinte (05/05/95), aumentou a importação de combustíveis; em 09/05/95, o TST decretou abusiva a paralisação, determinando multa diária à FUP e aos Sindicatos, caso a categoria não retornasse imediatamente ao trabalho; a União, a partir de 10/05/95, iniciou as demissões dos sindicalistas que comandavam a greve. A seguir, a União rejeita a interlocução da CNBB – que havia se oferecido para intermediar as negociações (15/05/95) e as refinarias contratam aposentados para substituir os grevistas (19/05/95, no Estado de Amazonas). Em 24/05/95, tropas do Exército ocupam as seguintes refinarias: REPLAN, RECAP/SP (Refinaria de Capuava, no Estado de São Paulo), REVAP/SP (Refinaria do Vale do Paraíba, no Estado de São Paulo) e

REPAR/PR (Refinaria Getúlio Vargas, no Estado do Paraná). Posteriormente, os Sindicatos têm seus recursos indeferidos pelo TST.

Simultaneamente, partidos de esquerda, organizações do movimento popular e sindicatos promovem manifestações em apoio aos petroleiros, em 19/05/95, 24/05/95 e 31/05/95: metalúrgicos, professores, portuários, estudantes, rodoviários, bancários, urbanitários, telefônicos, entre outros, realizam greves de solidariedade, além de promoverem a arrecadação de fundos para os grevistas. Em 14/05/95, o PT promove uma “frente de apoio” à paralisação.

Por fim, a Polícia Federal (em 29/05/95 e 01/06/95) e a Procuradoria Geral da República (30/05/95) instauram inquéritos contra as lideranças sindicais. Em 02/06/95, o presidente Fernando Henrique Cardoso autoriza o início das demissões de cerca de 3mil petroleiros. A categoria encerra a greve e retorna ao trabalho no dia seguinte (03/06/95).

Os petroleiros reivindicavam a efetivação do acordo assinado em 1994 com o presidente Itamar Franco e a manutenção do monopólio estatal do petróleo. A administração de Fernando Henrique Cardoso não reconheceu o acordo e não atendeu nenhuma reivindicação da categoria. Ademais, a FUP e os sindicatos foram multados em R\$35,7milhões (cerca de US\$30 milhões, em valores da época).

Ao longo da greve dos petroleiros, a mídia (especialmente através dos telejornais e dos diários de grande circulação nacional) procurou influenciar a sociedade contra o protesto: filas nas distribuidoras de botijões de gás, notícias sobre “escassez” de combustíveis, risco de paralisação de serviços essenciais (ambulâncias, viaturas policiais e do corpo de bombeiros, transporte público); de forma orquestrada, a cobertura do movimento praticamente “calou” a voz dos grevistas: apenas as perspectivas governamental e patronal faziam-se ouvir, incitando a população contra o monopólio estatal do petróleo e o direito de greve do funcionalismo público. Podemos dizer que esta greve foi paradigmática para entendermos a relação entre os mandatos de Fernando Henrique Cardoso e a conflitividade social.

Nos anos subseqüentes, a greve dos petroleiros de 1995 continuou gerando respostas por parte do Poder Público. Assim, em 23/02/96, o TST suspendeu o leilão da sede do Sindicato dos Petroleiros de Alagoas e Sergipe; em 14/03 deste mesmo ano, a Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei anistiando os sindicatos da categoria do pagamento da multa imposta pelo TST; tal projeto foi aprovado pelo Senado em 28/03/96 e vetado integralmente pelo Presidente da República, em 01/04/96. Somente em 14/07/98, às vésperas da campanha presidencial, o Presidente da República sanciona, com vetos, projeto de lei do Congresso Nacional que anistiava os sindicatos dos petroleiros do pagamento da multa imposta pelo TST; devido aos vetos, o perdão oficial não foi nem completo nem imediato, vigorando apenas 45 dias após a sanção.

Os servidores públicos também aparecem como importantes personagens na conflitividade social, reagindo ao congelamento dos salários (com defasagem estimada de 46,19%) e as propostas de mudança na Constituição (reformas da Previdência e Administrativa)^{xviii}. Em 30/01/96, promovem paralisação nacional durante 24 horas. Através de tais manifestações, a categoria procura angariar apoio social as suas propostas.

Em abril de 1996, o funcionalismo público federal realiza greve nacional por tempo indeterminado. Assim, em 16/04/96, inicia-se a paralisação: protestos em todo o país reúnem entre 9 mil (estimativa da PM) e 15 mil (estimativa da CUT) manifestantes, que paralisam suas atividades em Brasília (DF), Minas Gerais, Santa Catarina, Ceará, Paraná, Maranhão, Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Pará, Amazonas, São Paulo, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul; as estimativas quanto à adesão ao protesto

oscilam entre 10% (dados do governo federal) e 50% (dados da Confederação Nacional dos Servidores) dos cerca de 600 mil servidores dos Poderes Executivo e Judiciário. Como resposta, no dia seguinte, a União determina o corte no ponto e o desconto dos dias parados, além de promover modificações na legislação sobre o direito à greve (tanto para o setor estatal como para o setor privado).

Uma das estratégias dos servidores em greve consiste na ocupação de imóveis. Em 09/05/96, em ação coordenada pela CUT e condenada pelas autoridades federais, eletricitários ocupam 5 estações elétricas nos Estados do Rio de Janeiro, Brasília, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul; ao mesmo tempo, cerca de 2 mil grevistas cercam e ocupam o Ministério da Fazenda, em Brasília, para reivindicarem audiência com o Ministro da Fazenda, Sr. Pedro Malan; além dessas, manifestantes também ocupam a Delegacia Regional do Ministério da Fazenda em Belo Horizonte (MG). No dia seguinte, os manifestantes desocupam tais imóveis, enquanto a União inicia inquérito criminal (através da Polícia Federal) e processo administrativo – de modo a demitir os partícipes das ocupações por justa causa.

Além das ocupações e manifestações em vias públicas, os sindicatos de servidores públicos federais, em conjunto com partidos de esquerda, impetraram mandado de segurança junto ao Supremo Tribunal Federal, reivindicando a manutenção do mês de janeiro como data-base da categoria. Com o intuito de pressionar o STF, ocorrem manifestações nacionais durante o julgamento da ação (15/05/96), por fim declarada improcedente pela Corte, visto que a escolha de tal data seria prerrogativa exclusiva do Presidente da República. Em 23/05/96, a categoria encerra a greve nacional, sem conseguir que a União atendesse a qualquer de suas reivindicações; somente os docentes das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) permanecem em greve, encerrada pelo presidente nacional da ANDES (Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior) em 21/06/96. Ao contrário dos demais servidores, os professores obtiveram gratificação “por produtividade”, mas não obtiveram as principais exigências: reajuste salarial para aposentados e funcionários em atividade, realização de concursos públicos e interrupção das reformas constitucionais.

O funcionalismo público federal entra novamente em greve em 06/04/00, reivindicando 63,8% de reajuste salarial e pagamento de diversos passivos trabalhistas, entre outras propostas; a paralisação foi encerrada em 18/07/00, e os grevistas obtiveram a anistia das faltas computadas durante a paralisação.

Outra importante paralisação aconteceu durante o mês de setembro de 1997: os funcionários da ECT promoveram greve nacional entre os dias 04 e 23, para reivindicarem 5% de aumento real, 24,07% de reposição de perdas salariais, piso salarial de R\$820, majoração do vale-refeição para R\$12, mudança de data-base para 01/12 e término da entrega de valores por carteiros; a estatal apresentou duas propostas: aumento de 2% no salário de todos os funcionários ou 5% apenas para carteiros, motoristas, atendentes, operadoras de telecomunicações e operadoras de triagem e transbordo (totalizando 81% do pessoal), manutenção do valor do vale-refeição em R\$7 e da data-base em 1º de agosto, recusando-se a negociar com os grevistas. A paralisação ocorreu nas seguintes unidades da Federação: Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília, Paraná, Santa Catarina, Minas Gerais, Amazonas, Pará, Alagoas, Maranhão e Paraíba e a Federação Nacional dos Trabalhadores dos Correios estima a adesão em torno de 60% a 70% do total de funcionários; já para a ECT, a greve restringia-se a algumas regiões do país, com participação de 20% dos funcionários. Como resposta, a estatal contratou trabalhadores temporários para substituir os grevistas. Em 09/09/97, os grevistas divulgaram nova proposta, aceitando o reajuste de 5% oferecido pela empresa, desde que acrescido de promoção por merecimento, R\$1400 a título de abono, pagamento dos

dias em greve e estabilidade de 90 dias após o retorno ao trabalho. A ECT não aceitou tal proposta; os funcionários em greve formaram comissão e apelaram ao Presidente da República (12/09/97); como a categoria não obteve resultados efetivos, cerca de 50 grevistas, em 16/09/97, montaram acampamento diante da residência particular do então ministro das Comunicações, sr. Sérgio Motta, na cidade de São Paulo. Como resposta, no dia seguinte a direção dos Correios iniciou demissões em todo o país, ao mesmo tempo em que a PM obrigou os manifestantes a desarmarem o acampamento. A Federação encerrou o movimento após a empresa não entregar vales-refeição, demitir mais de 200 grevistas e anunciar o não-pagamento dos salários; assim, segundo os líderes da categoria, haveria a possibilidade de reabrirem-se as negociações.

Durante o ano de 1998, os docentes das IFES, sob a coordenação da ANDES, promovem greve nacional entre 27/03 e 13/07; eles reivindicavam 48,65% de reajuste salarial, realização de concurso público e a suspensão do Programa de Incentivo à Docência implementado pelo MEC; os grevistas realizaram passeatas e atos públicos nas principais capitais da Federação, e, a partir de 13/04/98, obtiveram a adesão dos servidores técnico-administrativos, coordenados pela FASUBRA (Federação dos Sindicatos dos Servidores das Universidades Brasileiras); a paralisação atingiu a maior parte das instituições de ensino, obtendo o apoio das entidades representativas dos estudantes (UNE, UBES); como resposta, em 05/05/98 o MEC suspende o pagamento dos salários dos grevistas, além da entrega de vales-transportes – recuando em 12/06/98, após os grevistas ameaçarem promover greve de fome por tempo indeterminado. Em 28/05/98, o governo federal apresenta nova proposta: reajuste salarial vinculado à avaliação de desempenho e diferenciado de acordo com a titulação docente; no dia seguinte, a ANDES recusou semelhante proposta. Em 09/06/98, o MEC apresentou nova proposta para encerrar o protesto: gratificação (vinculada a carga horária, titulação, cargo e avaliação de desempenho), ampliada a todos os docentes (de início, contemplava somente os possuidores de Mestrado ou Doutorado), reajuste diferenciado para aposentados (limitado a 60% do obtido pelo docente da ativa); a ANDES não aceitou a proposta.

Além de aulas públicas, passeatas e interrupção de vias, os docentes e técnico-administrativos das IFES utilizaram a greve de fome como estratégia para possibilitar maior visibilidade ao movimento. Assim, em 29/05/98, professores da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina) realizaram jejum durante 24 horas. Em 15/06/98, 14 docentes de várias IFES iniciam greve de fome por tempo indeterminado (tornam-se 19 em 19/06), exigindo alterações na proposta apresentada pela União – especialmente a paridade entre docentes aposentados e da ativa e a incorporação dos professores que lecionam nos níveis fundamental e médio; estes manifestantes recebem a visita de Vicente Paulo da Silva (presidente nacional da CUT), João Pedro Stédile (membro da coordenação nacional do MST) e D. Lucas Moreira Neves (presidente nacional da CNBB), encerrando a manifestação em 26/06/98.

Entre 30/06/98 e 01/07/98, o Parlamento Federal aprova a proposta apresentada pelo MEC, apesar da oposição da categoria. Em 05/07/98, o comando de greve decidiu encerrar a paralisação nacional dos docentes a partir de 13/07/98, visto que, desde 02/07/98, o protesto apresentava evidentes sinais de refluxo.

Entre os meses de junho e agosto de 1997, o país enfrenta greves e manifestações na Polícia (Militar e Civil) de diversos Estados da Federação: Minas Gerais, Paraíba, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Ceará, Pará, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Piauí, Bahia, Alagoas, Santa Catarina, Mato Grosso, Goiás e Rio de Janeiro. Os grevistas reivindicavam reajuste salarial e aumento do soldo, entre outras medidas. A resposta estatal às greves nas Polícias não seguiu um padrão único, ocorrendo desde

negociações que evitaram a paralisação dos serviços (Santa Catarina, São Paulo, Bahia), diálogo durante a greve e posterior repressão (Minas Gerais), anistia irrestrita (Alagoas) até a repressão pura e simples (Ceará).

As mais importantes greves da PM – pela resposta estatal, pela duração, repercussão e intensidade do protesto – ocorreram em Minas Gerais, Alagoas e Ceará.

No Estado de Minas Gerais, a paralisação aconteceu antes das demais, iniciando-se em 13/06/97. Recrutas, soldados, cabos e sargentos fazem passeata nas ruas de Belo Horizonte, marcando o início do protesto, que reivindica 100% de reajuste salarial; os manifestantes, no dia seguinte, adiam a greve por 10 dias, de modo a promover negociações com o governo estadual. Em 24/06/97, a greve começa, por tempo indeterminado, pois a categoria mostra-se insatisfeita com a proposta governamental (abono de R\$102 – o que significa reajuste de 24,6% para os praças); a tropa permaneceu aquartelada (isto é, no interior dos quartéis, sem realizar qualquer atividade); houve confronto durante tentativa dos manifestantes em ocupar o Comando-Geral da PM, que resultou em 1 grevista baleado (falecendo em 29/06/97). O governo mineiro reabriu as negociações e concedeu 48,2% de reajuste salarial além do abono de R\$102, aceito pela corporação, que encerrou o protesto em 26/06/97. Nas semanas subseqüentes, o governo estadual de Minas Gerais promoveu inúmeras retaliações aos grevistas: abertura de IPM (Inquérito Policial Militar) para investigar os crimes de motim, insubordinação, desobediência aos superiores, abandono de postos e revolta, com penalidades entre 1 e 20 anos de reclusão; posteriormente, os líderes do movimento foram demitidos.

A PM do Estado de Alagoas entrou em greve em 09/07/97, reivindicando o pagamento dos salários há 6 meses atrasados; o protesto conta com a adesão de cerca de 80% da corporação e teve o apoio dos oficiais e do comando-geral. A Polícia Civil entrou em greve em 11/07/97, devido ao atraso de 7 meses no pagamento dos salários; como resposta, o governador solicitou a presença de tropas federais de modo a garantir a segurança pública; em 15/07/97, os grevistas ameaçaram invadir o Palácio dos Martírios (sede do governo estadual), em Maceió, onde se encontravam o governador e o vice. Em 17/07/97, 15 mil manifestantes cercaram a Assembléia Legislativa e exigiram o impeachment do governador Divaldo Suruagy, entrando em conflito com 250 soldados do exército, resultando em 13 feridos (3 baleados); ao final do dia, o governador solicitou licença do cargo, sendo substituído pelo vice-governador Manoel de Barros. A greve terminou em 31/07/97, quando o Estado assegurou a não-punição dos grevistas e comprometeu-se a pagar os salários atrasados a partir de 15/08 em parcelas mensais, com apoio financeiro da União.

Em 27/07/97, inicia-se a greve nas polícias Militar e Civil do Estado do Ceará. Confronto entre grevistas e tropa que não aderiu ao protesto resulta em 5 feridos (2 baleados); como resposta, o governo estadual solicitou a presença do Exército, para assegurar a ordem pública; além disso, em 30/07/97, o governador Tasso Jereissati determinou a prisão dos líderes da paralisação, a ruptura das negociações e a demissão sumária dos grevistas, que seriam substituídos por policiais a serem contratados; no dia seguinte, após 96 demissões (70 PMs e 26 civis) e 23 prisões de grevistas, a paralisação foi encerrada.

Além dos docentes e servidores técnico-administrativos das IFES, os professores e funcionários de apoio da rede pública de Educação de diversos Estados e Municípios também promoveram paralisações, além de realizarem, em 28/04, greve geral nacional de 24 horas, durante o “Dia Nacional de Coleta de Assinaturas para o Plano Nacional de Educação da Sociedade Brasileira”; houve protestos, organizados pela CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação), nas principais cidades e

capitais do país. Aconteceram greves (de advertência ou por tempo indeterminado) nos Estados de Rio de Janeiro, São Paulo, Ceará, Rondônia, Espírito Santo, Pernambuco, Bahia, Distrito Federal, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul e nas cidades de Fortaleza (CE), Belo Horizonte (MG) e Guarulhos (SP). Em 07/04/00, os docentes encerraram a “Semana Nacional de Defesa e Promoção da Educação Pública”, promovendo paralisação de 24 horas em todo o país.

As mais importantes greves da rede pública estadual ocorreram nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

Em São Paulo, a categoria decidiu pelo protesto em 08/05/98, iniciando a paralisação em 11/05/98, reivindicando a suspensão do decreto que permite a demissão de docentes regidos por contrato-temporário (dos 240 mil professores estaduais, quase 120 mil são temporários) e o retorno da grade curricular que vigorara até 1997, pois a atual – embora tenha aumentado o tempo de permanência dos alunos em sala, significou a demissão de 25 mil professores-temporários; o antigo currículo possibilitaria o retorno destes. Em 20/05, assembléia, que contou com a participação estimada entre 1500 (dados da PM) a 5mil (dados do Sindicato) pessoas, decidiu pelo encerramento da greve; houve tumultos entre os professores e a PM precisou intervir para evitar brigas. O fim da greve deveu-se à baixa adesão da categoria desde a última quinta-feira, que teria se reduzido na capital e na Grande São Paulo de 35% para 15% e, no interior, de 20% para 4%; de acordo com a SEE, em 0,79% das 6.079 escolas havia greve total e em 3,88%, a greve era parcial. Em 02/05/00, os docentes da rede estadual paulista entram, novamente, em greve, reivindicando reajuste de 54,71% nos proventos e o estabelecimento de uma política salarial, além de exigirem modificações na política pedagógica do Estado de São Paulo. Houve confronto com a PM, em 02/06, que resultou em 5 feridos e 5 professores detidos. A greve encerrou-se em 15/06/00, sem que a categoria obtivesse o atendimento de suas reivindicações.

No Rio de Janeiro, os integrantes da rede pública estadual de educação entraram em greve por tempo indeterminado em 02/03/98, reivindicando piso salarial de 5 salários mínimos (para os docentes) e 3,5 salários mínimos (para os funcionários de apoio). A paralisação encerrou-se em 13/04/98, após o Poder Executivo cortar o ponto e vincular a abertura de negociações ao término da paralisação. Simultaneamente, o governo estadual concedeu abono de R\$164 (para os professores) e R\$50 (para os funcionários). Os profissionais da educação do Estado do Rio de Janeiro promoveram outra importante paralisação em fevereiro de 2000: entre 22/02 e 24/02, cerca de 50% dos docentes e funcionários de apoio, que reivindicavam aumento do piso salarial, efetivação do plano de cargos e maiores investimentos em educação. Tais reivindicações não foram atendidas pelo Poder Executivo estadual.

No Rio Grande do Sul, os docentes da rede pública estadual paralisaram suas atividades entre 02/03/2000 e 03/04/2000; a greve foi decidida em uma assembléia que contou com a participação de 15mil professores, e cerca de 80% da categoria participou do protesto, encerrado após o Poder Executivo regional propor reajuste salarial superior aos 10% inicialmente oferecidos.

Podemos citar ainda, como alguns dos mais importantes protestos ocorridos no período, as manifestações contra a administração federal e suas propostas neoliberais mobilizaram milhares de pessoas. Ao longo de 1995, ocorreram importantes manifestações: “Grito dos Excluídos”, realizado em 07/09, com o apoio da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), quando cerca de 45mil pessoas promoveram piquete em Aparecida do Norte (SP); igualmente, em 29/09/95, durante o “Dia Nacional de Luta por mais Empregos e Salário”, organizado pela CUT e com o apoio do PNBE (Pensamento Nacional das Bases Empresariais), da CNL (Confederação

Nacional dos Diretores Lojistas), da Associação Brasileira de Funcionários pela Cidadania, da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), do SIMPI (Sindicato das Micro e Pequena Indústrias), da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), da Central Geral dos Trabalhadores (CGT), da Força Sindical, do MST, do PT (Partido dos Trabalhadores), do PC do B (Partido Comunista do Brasil), do PCB (Partido Comunista Brasileiro) e do PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado), entre outros. As manifestações ocorreram nas principais cidades brasileiras.

Em 27/04/95, entre 4 mil (estimativa da PM) e 12 mil pessoas (estimativa dos organizadores) membros da CUT promovem manifestações contra as reformas constitucionais, em várias regiões do país; os maiores protestos ocorreram em São Paulo (SP), Brasília (DF) e Florianópolis (SC). No dia seguinte (28/04/95), foi a vez de funcionários públicos federais, aposentados e estudantes promoverem passeata contra as reformas constitucionais propostas pelo governo Fernando Henrique Cardoso, no centro do Rio de Janeiro (RJ).

Ainda em 1996, as principais centrais sindicais do país (CUT, Força Sindical e CGT) intentaram promover uma greve geral. Em 19/06/96, elas realizam convocação para o protesto: atos públicos, panfletagens em portas de fábricas, estações de metrô e trem, rodoviárias, comerciais em jornais, televisões e rádios, entre outras medidas; como resposta, autoridades públicas anunciam o desconto do dia de paralisação. No dia seguinte, o governo federal coloca o Exército em prontidão nas proximidades de áreas onde acontecem conflitos agrários. Em 21/06/96, ocorre a manifestação: tem a adesão de 12 milhões de pessoas (19% da população economicamente ativa), de acordo com os organizadores; cerca de 280 ônibus foram depredados nas principais capitais; ocorreram piquetes e, também, detenção de 37 pessoas; a repressão policial resultou em 10 feridos; eles protestam contra a política econômica e as propostas de reforma constitucional empreendidas pelo governo federal. A União estima a adesão em torno de 5% do funcionalismo público federal. O Governo Federal determinou o corte do ponto e considerou a greve “um fracasso” que demonstra o “apoio da sociedade” às propostas implementadas pelo mesmo. Repressão e não-negociação foram a tônica da resposta governamental para o conflito.

Outra importante manifestação aconteceu em 25/07/97: o Dia Nacional de Luta “Abra o Olho, Brasil”. Cerca de 40 mil pessoas em 20 Estados participam do maior protesto contra o governo Fernando Henrique Cardoso. Os organizadores esperavam a adesão de 70 mil manifestantes. As manifestações, no Dia do Trabalhador Rural, foram lideradas pelo MST e pela CUT, além de partidos de esquerda (PT, PC do B, PSTU) e entidades estudantis (UNE, UBES). Os protestos foram engrossados por manifestações de sindicatos de petroquímicos e de transportadores de cargas. A adesão de policiais foi bem inferior às expectativas dos organizadores dos atos. Os protestos ocorreram de maneira pacífica. Petroleiros ligados à CUT aproveitaram para lançar campanha salarial. Caminhoneiros sem vínculo com a central bloquearam estradas em pelo menos seis Estados para reivindicar aposentadoria aos 25 anos de trabalho. O único incidente de maior gravidade ocorreu em Minas Gerais, onde 25 ônibus foram depredados e uma pessoa ficou ferida. A principal manifestação ocorreu em São Paulo: cerca de 7.000 pessoas participaram de um ato público, contra 15.000 esperadas pelos organizadores; os manifestantes saíram de diversas cidades do Estado e marcharam até a capital. A CUT aproveitou o ato para propor uma greve geral no segundo semestre. Em Fortaleza, 4mil manifestantes (estimativa da PM) realizaram passeata durante todo o dia pelas ruas do centro da cidade e um ato na principal praça de Fortaleza; os organizadores pretendiam reunir 2mil pessoas; a UMES (União Metropolitana dos Estudantes Secundaristas), Movimento dos Sem-Teto, e PART (Partido da Revolução dos

Trabalhadores pela Emancipação Humana) também participaram das manifestações. Em Mato Grosso do Sul, cerca de 1350 manifestantes participaram dos protestos, que não teve a adesão da PM – que esteve em greve até alguns dias antes. Em Recife (PE), os protestos reuniram cerca de 1000 pessoas; ao contrário da PM, os policiais civis (que se encontravam em greve, assim como os policiais militares) seguiram os sem-terra e utilizaram carro de som para divulgar suas reivindicações; a passeata seguiu pelas principais ruas da cidade e, ao final, houve um ato público. Como resposta, em Corumbá (MS), o presidente Fernando Henrique Cardoso disse que "a população brasileira não gosta de desordem", menosprezando, deste modo, a extensão do protesto.

Em 1998, deparamo-nos com a continuidade das manifestações nacionais contra a política econômica do governo federal. Assim, por exemplo, durante a privatização da Companhia Vale do Rio Doce, o centro da cidade do Rio de Janeiro transforma-se em “praça de guerra”: bombas de gás lacrimogêneo, batalhão de choque, cavalos e cães são utilizados para conter manifestantes contrários à venda da estatal, resultando em detenções e feridos.

Outro exemplo do protesto social ocorreu em 11/02/98, em Brasília (DF), durante a votação de emenda constitucional que modificava a Previdência Social: os confrontos entre PM e entre 1000 a 1500 (dados oficiais) e 3500 (dados dos organizadores) manifestantes da CUT e entidades de servidores públicos eclodiram quando os manifestantes tentaram invadir o Congresso, sendo contidos pela cavalaria e tropa de choque; posteriormente, novo choque entre os manifestantes e a PM, diante do Ministério da Previdência Social: foram disparados rojões contra os cavalos da PM; os policiais prenderam um homem com os rojões, mas foram cercados pelos manifestantes – que liberaram o suspeito; como resultado, duas pessoas sofreram ferimentos (1 PM e 1 manifestante).

Esses dois conflitos demonstraram a disparidade entre a vontade da população e a ação governamental e parlamentar. Em nenhum momento foi perguntado, por plebiscito ou outros meios, a opinião da população sobre esses assuntos. Trata-se de uma distorção da concepção hegemônica de democracia, agravada com a política neoliberal. A Companhia Vale do Rio Doce, por exemplo, foi privatizado, como se não houvesse discordância sobre o tema.

Ainda em Brasília (DF), em 19/05/98, ocorrem protestos em favor da reforma agrária e contra o desemprego: Grito da Terra e Caravana Nacional pelo Emprego e Direitos Sociais. Prefeitos e vereadores protestam contra a falta de recursos e a não-renegociação das dívidas e tentam invadir o Palácio do Planalto pela rampa, sendo contidos por policiais. Funcionários públicos federais, estudantes e desempregados acampam na Esplanada dos Ministérios; entre 2mil (estimativa da PM) e 3500 (estimativa dos organizadores) pessoas participam do acampamento. Houve confronto entre militantes do PSTU e PMs em frente ao prédio do Congresso Nacional. Entre 20mil (estimativa da PM) e 30mil (estimativa dos organizadores) realizam protesto, que tem o apoio de: CUT, MST, UNE, CONTAG, CNBB, CMP (Central de Movimentos Populares), OAB, ABONG (Associação Brasileira de ONGs), ABI (Associação Brasileira de Imprensa), UBES (União Brasileira de Estudantes Secundaristas), COBAP (Confederação Brasileira de Aposentados), CONAM (Confederação Nacional das Associações de Moradores), FENASP (Federação Nacional dos Trabalhadores em Saúde e Previdência), SINASEFE (Sindicato Nacional dos Servidores em Escolas Técnicas Federais), FENAJUF (Federação Nacional de Trabalhadores no Judiciário), ANDES, UJS (União da Juventude Socialista), UBM (União Brasileira de Mulheres), MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), MEP (Movimento Evangélico Progressista), FASUBRA, SEEB (Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos

Bancários), IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais), CONEN (Confederação Nacional de Entidades Negras), UNMP (União Nacional de Moradia Popular), Conselhos das Escolas de Trabalhadores, Instituto de Cidadania, Rede Unitrabalho, Instituto Ecoar, Fórum Nacional pela Reforma Urbana, Fórum de ONGs pelo Meio Ambiente, Fórum de Entidades Negras, PT, PC do B, PSTU, PCB, PMN. Os protestos ocorrem em Brasília (DF). A quantidade de entidades apoiando o protesto demonstra que o consenso não é uma tônica do período. Apenas uma atitude autoritária de identificar tantos grupos representativos como “vozes do atraso”, e não como novas possibilidades de pensar a política.

Outro importante exemplo da conflitividade social no período por nós estudado pode ser vislumbrado durante as comemorações oficiais do 5º Centenário do “Descobrimento”. Assim, em 22/04/00, nos limites da cidade de Porto Seguro (BA) – principal palco das festividades – ocorre choque entre, de um lado, 40 mil manifestantes e, do outro, 5 mil integrantes da PM e da Polícia Federal, que resulta em 30 feridos e 131 detidos; enquanto os indígenas disparavam flechas e pedras, a força pública revidava com bombas de gás lacrimogêneo e balas de borracha. Em 26/04/00, um grupo de indígenas invade a missa em homenagem aos 500 anos da realização da 1ª missa no Brasil e aproveitam a presença da grande imprensa para protestar em rede nacional contra a não-demarcação de suas terras e a violência policial de que foram vítimas durante os protestos de 22/04/00. Algumas imagens desse conflito tornaram-se simbólicas e divulgadas em todo o mundo: um negro arrastado pelo cabelo e o impedimento de manifestantes de chegarem ao local das comemorações, demonstram bem que os últimos 500 anos do país serviram para manter a população em seu lugar. Essa repressão foi significativa para formulação de nossas hipóteses, sendo o governo federal o representante máximo da falta de um diálogo democrático sobre diversas demandas sociais ainda pendentes.

Em 10/05/00, cerca de 10 mil manifestantes (ligados a partidos de esquerda, sindicatos cutistas, povos da floresta e trabalhadores rurais) realizam manifestação contra o Poder Executivo federal, em Brasília, reivindicando mudanças na política fundiária e a adoção nacional do Programa Bolsa-Escola, entre outras solicitações.

O Fórum Social Mundial, em sua primeira edição, também aparece como importante exemplo do nível de protesto social: entre 25/01/01 e 30/01/01, cerca de 20 mil pessoas reúnem-se na cidade de Porto Alegre (RS), na busca de alternativas ao neoliberalismo, objetivando romper com a cláusula do “pensamento único”. Milhares de organizações, de todo o mundo, participaram do evento, que, nos anos subsequentes, desdobrou-se em inúmeras outras atividades setoriais ou nacionais. Ao que parece, o primeiro FSM rendeu importantes frutos para combater a hegemonia neoliberal.

Podemos verificar que a resposta, sobretudo, em diversos casos fundamentou-se no confronto, mesmo nos protestos de trabalhadores do setor privado. Assim, por exemplo, em 16/02, durante greve dos rodoviários ocorrida em Belo Horizonte, esta categoria realizou a chamada “operação lingüição” – quando os veículos movem-se em fila indiana a baixíssimas velocidades; sete ônibus ficaram danificados, havendo choques entre grevistas e a Polícia Militar, do qual resultaram 6 prisões, efetuadas no momento em que a PM procurava cumprir determinação judicial que proibira tal forma de protesto. Ressalte-se que houve diversas greves de rodoviários, causadoras de sérios transtornos, devido à importância desta modalidade de transporte nas grandes cidades brasileiras. Como norma geral, motoristas e cobradores conquistam reajustes salariais e/ou benefícios após a realização de greves^{xix}.

Outro exemplo anti-democrático do Estado no trato da conflitividade social pode ser vislumbrada durante o locaute nacional dos caminhoneiros; com efeito, os

proprietários tentam interromper o tráfego nas mais importantes estradas brasileiras, além de bloquearem a entrada das refinarias petrolíferas. Como resposta, a União instaura processo criminal contra os principais dirigentes da categoria, além de procurar cindir o movimento, promovendo reuniões com algumas entidades em detrimento de outras. Dividido – e, portanto, enfraquecido – o movimento encerra o protesto.

O racionamento de energia elétrica também serviu de justificativa para a eclosão de inúmeras manifestações por todo o país; como exemplo, citamos a que CUT e Força Sindical promovem na cidade de São Paulo e que reuniu aproximadamente 25mil pessoas, em 15/05/01. Após o encerramento do racionamento, a população foi surpreendida com o aumento das taxas de iluminação, para cobrir eventuais prejuízos das distribuidoras.

Os metalúrgicos realizaram paralisações setoriais – notadamente no Estado de São Paulo –, interrompendo a produção de importantes empresas. Assim, entre 30/04/96 e 23/05/96, a Scania, localizada em São Bernardo do Campo (SP), enfrentou paralisação; os funcionários reivindicavam reajuste de 5,74% e plano de cargos e salários, aceitando, ao final do protesto, a contra-proposta patronal: R\$700 a título de PLR, pagamento de vale-compras em dinheiro, 6% de reajuste e desconto dos dias parados divididos em 4 parcelas. Também aconteceram greves na Mercedes, Ford e Caloi, entre outras empresas, antes da campanha salarial da categoria (em novembro). Objetivando evitar transtornos na linha de montagem, várias indústrias (Metal Leve, Volkswagen, General Motors, Monark, Multibrás e Continental, entre outras) assinam acordos coletivos em separado.

Ao longo do ano de 1997, ocorre um “endurecimento” nas relações laborais: em outubro, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC (um dos principais sindicatos filiado à CUT) acusa a FIESP de haver preparado um documento para nortear as negociações dos conflitos trabalhistas; nesta “cartilha”, o setor patronal defende o ataque aos benefícios sociais e a qualquer reajuste que extrapole a mera reposição de perdas salariais do período anterior; insiste na redução máxima possível dos benefícios já concedidos, com a justificativa de eliminar quaisquer custos adicionais à produção.

Outra greve importante na iniciativa privada, também realizada pelos metalúrgicos, paralisa diversas indústrias no Estado de São Paulo. A partir de 13/11/00, 73 mil trabalhadores – cujos sindicatos são filiados à Força Sindical ou à CUT – exigem 10% de reposição salarial, enquanto o empresariado propõe 6,5% de reajuste salarial; em 16/11/00, após julgamento do dissídio pelo TRT/SP, a categoria retorna ao trabalho, depois de obter 10% de reajuste, estabilidade durante 90 dias e o pagamento dos dias parados.

CUT e Força Sindical promoveram outras paralisações conjuntas: o “festival de greves”, em 1999, ocorreu em praticamente todas as montadoras instaladas no país, objetivando estabelecer um piso salarial unificado e que enfrentou forte resistência por parte das multinacionais.

As greves dos metalúrgicos da Ford no Estado de São Paulo exemplificam nossa hipótese referente aos trabalhadores do setor privado, onde se luta para manter empregos e não para conquistar novos benefícios. Com efeito, os funcionários da unidade Ipiranga (SP) dessa montadora entram em greve em 22/07/99, em protesto contra a transferência de parte da produção para a nova fábrica, instalada no Estado da Bahia; em 02/08/99, os metalúrgicos aceitam a proposta patronal, que consiste em 1 ano de garantia no emprego, não-desconto dos dias parados, reabertura do Plano de Demissões Voluntárias e primazia dos demitidos para o preenchimento de vagas nas outras unidades situadas no Estado de São Paulo. Posteriormente, eles paralisam suas atividades em 06/10/99, em protesto contra 1500 demissões anunciadas pela empresa,

na unidade São Bernardo do Campo (SP). A categoria reivindicava a manutenção do nível de empregos, visto que a montadora mudara parte da produção para outro Estado; junto com a produção, a multinacional transferia também os empregos, mas não os salários. Registre-se, ainda, que semelhante protesto unificar as duas principais centrais sindicais do país (CUT e Força Sindical) que, além de defenderem a permanência da fábrica em São Paulo, ainda divulgaram manifesto (assinado, entre outros, por Mário Covas, então governador bandeirante) solicitando o estabelecimento de “cláusulas sociais” na Medida Provisória que possibilitou a instalação da fábrica na região Nordeste.

Outro exemplo dessa tendência no setor privado pode ser vislumbrada na greve promovida pelos funcionários da Supervia (empresa concessionária do transporte ferroviário no Estado do Rio de Janeiro), em protesto contra 156 demissões e o não-pagamento integral dos salários. Neste protesto, os trabalhadores reivindicavam receber o salário pelo mês trabalhado; eles não pretendiam nenhuma alteração no nível dos benefícios, ou mesmo a conquista de reajuste salarial.

Os bancários promovem greve nacional entre os meses de setembro e outubro; eles reivindicam 21,1% de reajuste, 6,7% de produtividade e majoração de 40% nos pisos salariais; por outro lado, a FENABAN (Federação Nacional dos Bancos) oferece 8% de reajuste, 10% de majoração nos pisos salariais e 60% de abono com acréscimo de R\$270 como PLR; a paralisação afetou especialmente os maiores bancos privados do país: Bradesco, Real, Itaú, Bamerindus e Unibanco. Houve confrontos, que resultaram em agressões e prisões de sindicalistas no Rio de Janeiro (RJ) e São Paulo (SP). Ademais, o governo federal modificou o prazo de compensação de cheques, devido ao protesto, criticado pelo Ministro do Trabalho por ser “político” (27/09). Categoria encerra a paralisação em 04/10, aceitando a proposta dos banqueiros e o não-desconto dos dias parados. A assembleia ocorre em São Paulo (SP).

Apesar da contestação social ter marcado o período, não ocorreu uma institucionalização de mecanismos de ampliação do espaço público para discussão das reivindicações das diferentes demandas sociais apresentadas. Reafirmamos que a administração Fernando Henrique Cardoso entende democracia como uma autorização dada pelo voto para o cumprimento da política neoliberal. Em nenhum momento houve consulta à população, mesmo em períodos de mais baixa popularidade. O desemprego generalizado foi entendido pelo governo como reflexo de uma crise externa e a conflitividade social desmoralizada como um ataque a própria democracia.

4) Considerações Finais

Os conflitos sociais analisados neste artigo, independentes de suas especificidades, demarcam a atual conjuntura da relação capital-trabalho e da questão agrária no Brasil. Do ponto de vista das respostas estatais, podemos afirmar que a política neoliberal de combate à inflação e arrocho salarial do funcionalismo público serve para encobrir a “real” preocupação na proteção dos interesses do capital, escamoteando um dos principais pilares da crise do Estado atual: o elevado endividamento, resultado das altas taxas de juros para atrair capital externo (Mészáros, 2002: 999).

Com relação às respostas patronais, verificamos uma tendência generalizada, entre as grandes empresas, para um questionamento dos benefícios sociais, aliado à rigidez no que tange à negociação com os sindicatos. Não raro, ocorreu repressão dos conflitos, pautada nos aparatos militar estatal, além da utilização de seguranças particulares.

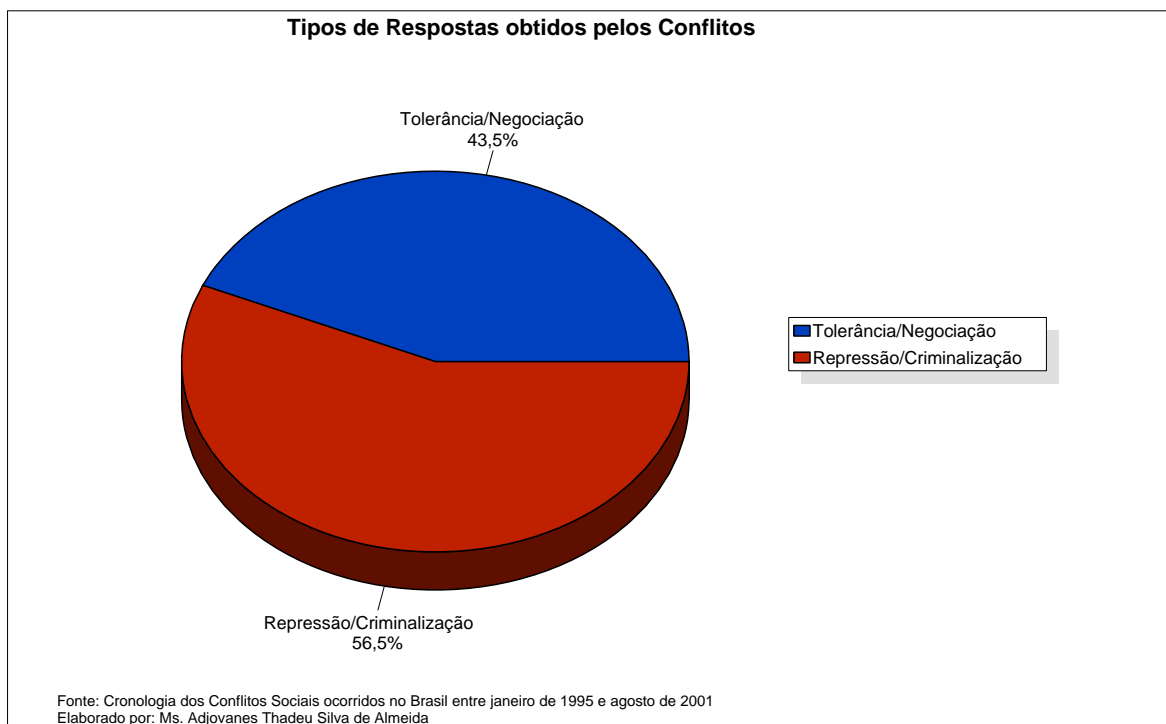
No campo, a questão social torna-se mais aguda pelos resquícios do coronelismo; os protestos e ocupações, muitas vezes, obtêm agressões e assassinatos

como resposta. Verificamos, no estudo das cronologias dos conflitos, que os homicídios ocorrem com muito maior frequência no ambiente rural que no universo urbano.

Apesar dessas questões, pode-se notar maior quantidade de conflitos no setor público, onde os sindicatos possuem maior poder de mobilização, devido à existência da estabilidade. No campo, ocorreram os conflitos mais significativos, devido à ação catalisadora do MST com relação aos excluídos de várias partes do Brasil.

Como vimos, a construção dos direitos no Brasil possui uma lógica que supervaloriza o Executivo e reduz a democracia ao pleito eleitoral. Essa questão, associada à política neoliberal vigente no período estudado, identifica como desordem os agentes conflitivos. Mészáros classifica essa atitude como uma defesa liberal da repressão ou intolerância repressiva. Isso significa que um governo neoliberal identifica o protesto como um desafio à perpetuação da ordem e não como atuação da sociedade civil em sua luta pela cidadania plena (Mészáros, 2002).

O gráfico abaixo foi confeccionado a partir dos conflitos que obtiveram resposta patronal/estatal e demonstra os níveis de tolerância para com o conflito social no período estudado e a tendência a repressão e criminalização da conflitividade, que não é tratada como um dos caminhos da construção democrática.



Em nosso entendimento, um projeto de instauração da Cidadania no país deve considerar o estabelecimento da igualdade entre todos os indivíduos na discussão dos assuntos públicos. Isto porque a política não se resume à atitude passiva dos indivíduos, agora reduzidos ao papel de eleitores (Castoriadis, 1987). A democracia pressupõe o debate dialético entre todas as categorias sociais, a participação coletiva e a luta por direitos não adquiridos. Assim, entende-se que o cidadão, sob a perspectiva democrática, é aquele que desfruta da autonomia, constituindo-se em alguém que pode questionar não apenas a lei, mas a própria sociedade, criticando, radicalmente, seus hábitos, valores e estrutura (Castoriadis, 1987). Seguindo essas premissas, colocamos sob uma perspectiva crítica a atuação repressiva e desmoralizadora por parte de agentes

patronais/governamentais em relação aos conflitos sociais a serem estudados, relativizando a atuação democrática desses agentes, que por vezes trocam a negociação pela repressão ou desmoralização midiática dos trabalhadores envolvidos nos conflitos.

Concordamos com Telles que, no Brasil, a idéia de público jamais se efetivou como prática ou valor político. O padrão de nossa cultura política se caracteriza pelo patrimonialismo e pela presença de oligarquias. Segundo essa autora, a atuação dos movimentos sociais apareceria como uma forma de se conseguir o reconhecimento da construção de espaços públicos confirmadores da legitimidade dos conflitos cuja regra viria a ser que os mesmos se tornassem alvo de permanente debate e negociação para a inclusão de novas demandas públicas (Telles, 1994: 101, 102).

A criminalização dos agentes reivindicatórios ou a postura de não-negociação com os movimentos sociais podem fazer com que os mesmos desloquem-se para vias não-institucionais como forma de estratégia para obtenção de suas exigências. Podemos comprovar essa afirmação através da atuação de greves como a dos petroleiros (1995) e a ocupação de prédios públicos pelo MST para obtenção de financiamentos para os assentamentos e agilidade na desapropriação de áreas rurais.

Não pretendemos esgotar o assunto sobre a relação conflito social, cidadania e democracia, conforme explicitamos em nossa apresentação, mas consideramos que a construção da cidadania no Brasil nunca poderá ser plena sem a discussão democrática da ampliação do campo do político, formulando um espaço de constante negociação das demandas sociais. Para a concretização de tais objetivos, a atuação dos movimentos sociais, deve ser entendida como uma das forças que radicaliza o conceito de cidadania como estratégia política. Acreditamos que a existência de conflitos sociais com diversos graus de violência existem pela falta de caminhos democráticos para negociação de reivindicações.

Segundo Santos, “Os movimentos sociais estariam inseridos em movimentos pela ampliação do político, pela transformação de práticas dominantes, pelo aumento da cidadania e pela inserção na política de atores sociais excluídos” (Santos, 2002: 53). E, só a partir deles, poder-se-ia pensar uma “nova” democracia contra-hegemônica, que extrapolaria a reivindicação pela inclusão nas esferas de decisão de um sistema político, para redefinir o próprio sistema em que querem ser incluídos.

Parafraseando Santos, os movimentos sociais podem ser um dos caminhos para democratizar a democracia no Brasil; para tanto, as Ciências Sociais devem ampliar as pesquisas em torno da conflitividade social, denunciando os limites da democracia representativa sob o neoliberalismo e seu discurso de desvalorização do “político” como um campo de atuação da sociedade civil.

5) Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Adjovanes Thadeu Silva de. *De Iltrado a Cidadão: o voto e a questão educacional*. Rio de Janeiro, UERJ, 2000, mimeo.
- CADARSO, Pedro Luis Lorenzo. *Fundamentos Teóricos del Confliito Social*. Madrid: Siglo veintiuno de españa editores, 2001.
- CARDOSO, Ruth. “A trajetória dos movimentos sociais”, in: Dagnino, Evelina (org.). *Os anos 90: Política e Sociedade no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1994.
- CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.
- CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis, RJ, Vozes, 1998.
- CASTORIADIS, Cornelius. *As Encruzilhadas do Labirinto, v. 2: os domínios do Homem*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

- CLACSO. *Algumas considerações metodológicas para a elaboração de uma cronologia sobre o conflito social na região*, mimeo, 2000.
- DAGNINO, Evelina (org.). *Os anos 90: Política e Sociedade no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1994.
- FREIRE, Silene de Moraes. *Cultura política e Ditadura no Brasil. O pensamento político de militares e tecnocratas no pós-64*. São Paulo, USP, 1998, Tese de Doutorado, mimeo.
- GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere*, v. 3. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.
- MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1967.
- MÉSZÁROS, Istvan. *Para além do capital: Rumo a uma teoria da transição*. São Paulo, Boitempo Editorial; Campinas, Editora da UNICAMP, 2002.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Os direitos do antivalor – a economia política da hegemonia imperfeita*. Petrópolis, RJ, Vozes, 1998.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- SADER, Emir. *Que Brasil é este? Dilemas nacionais no século XXI*. São Paulo, Atual, 1999.
- SADER, Emir. Democracia sin exclusiones ni excluidos. Venezuela, Asociación Latinoamericana de Sociología (ALAS), Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Nueva Sociedad, 1998.
- SANTOS, Boaventura de Souza (org.). *Democratizar a democracia. Os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.
- SOARES, Laura Tavares Ribeiro. *Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina*. Rio de Janeiro, UFRJ, 1999.
- TELLES, Vera da Silva. “Sociedade civil e construção de espaços públicos”, in: Dagnino, Evelina (org.). *Os anos 90: Política e Sociedade no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1994.
- THOMPSON, Edward P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*, 3v. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

* Adjovanes Thadeu Silva de Almeida, historiador, pós-graduado em Sociologia, mestre em Educação e bolsista de apoio técnico FAPERJ/LPP/UERJ.

ⁱ Essas respostas podem variar entre a aceitação total ou parcial das reivindicações, a negativa contundente de negociação, a criminalização, ou a utilização de aparato repressivo.

ⁱⁱ Devemos lembrar que, para efeitos de nossa pesquisa, conforme descrito na contextualização, enfrentamos atualmente um momento de refluxo do Estado na resolução de questões sociais, portanto, o que vemos atualmente em relação à conflitividade social brasileira é um momento que consideramos como um acirramento da luta de classes representada por diversos atores sociais, que constroem, cotidianamente, novas identidades.

ⁱⁱⁱ Conflito que ocorreu no início da República; os habitantes do Arraial de Canudos, liderados por Antônio Conselheiro, representariam uma ameaça à estrutura fundiária local, e, por este motivo, foram esmagados pelo exército.

^{iv} A burguesia brasileira não produziu, ao longo da experiência republicana, identificação ideológica profunda com as agremiações partidárias. Assim, ao longo da Primeira República, por exemplo, os Partidos Republicanos estaduais, a partir de 1897 (quando o Partido Republicano Federal é extinto) agrupavam a quase totalidade das camadas dominantes em suas fileiras: os partidos representavam “ajuntamentos” oligárquicos, sendo fundados e abandonados de acordo com as conveniências locais; o Partido Democrático (surgido em São Paulo, em 1926, composto por dissidentes do Partido Republicano Paulista) aparece como exceção – talvez para confirmar a regra, visto que, de âmbito regional, não

conseguiu ultrapassar as fronteiras bandeirantes, extinguindo-se com a chegada de Getúlio Vargas ao poder, em 1930.

^v Podemos citar a Var-Palmares, o MR-8 e a Aliança Libertadora Nacional (ALN), entre outros. Estes grupos promoveram seqüestros de diplomatas e assaltos a instituições financeiras, objetivando libertar presos políticos e financiar a revolução proletária no Brasil.

^{vi} A título de ilustração, informamos que o movimento sindical se reorganizou no Brasil a partir de 1978, quando das greves da região do ABC paulista; posteriormente, na década de 1980, começam os movimentos urbanos, exigindo direitos de Cidadania (saneamento, transportes, habitação, reforma urbana, etc).

^{vii} São Paulo: Mário Covas (1995/2001) e Geraldo Alckimin (2001/02); Rio de Janeiro: Marcelo Alencar (1995/98); Minas Gerais: Eduardo Azeredo (1995/98).

^{viii} Marco Maciel: líder do governo Geisel no Senado; Antônio Carlos Magalhães: governador nomeado da Bahia; Aureliano Chaves: vice-presidente da República durante o governo João Figueiredo.

^{ix} Não por acaso, participa do governo de Fernando Henrique Cardoso com o ministro da Agricultura, sr. Pratini de Moraes e com o ministro do Trabalho, sr. Francisco Dorneles, ambos ex-integrantes do regime militar.

^x O candidato a Vice-Presidente de Ciro Gomes, Paulo Pereira da Silva (“Paulinho”) é o vice-presidente nacional do PTB.

^{xi} A título de ilustração, Carlos Menem (Argentina), Alberto Fujimori (Peru) e Fernando Henrique Cardoso (Brasil) reelegeram-se em grande parte, devido ao discurso sobre o combate à inflação – a despeito das elevadas taxas de desemprego, perverso “efeito colateral” do neoliberalismo.

^{xii} Tal aliança aglutinava, além do PSDB, o Partido da Frente Liberal (PFL) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), algumas discretas dissidências do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e do Partido Progressista Brasileiro (PPB). Juntavam-se, assim, as oligarquias nordestinas (PFL), a burguesia nacional (PSDB, PMDB, PPB) e os sindicatos operários mais conservadores (PTB).

^{xiii} O PSDB se definia pela vertente social democrata em um período em que estes partidos atravessavam profunda crise identitária na Europa, momento em que redefiniam sua visão sobre o onde diminuía o apoio ao Estado de Bem-Estar Social e a intervenção estatal na economia.

^{xiv} Coalizão dos seguintes partidos de esquerda: Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Socialista Brasileiro (PSB) e Partido Comunista do Brasil (PC do B).

^{xv} Os partidos governistas elegeram os governadores dos principais Estados da Federação, a saber: São Paulo (Mário Covas, PSDB), Rio de Janeiro (Marcelo Alencar, PSDB), Minas Gerais (Eduardo Azeredo, PSDB), Bahia (Paulo Souto, PFL), Rio Grande do Sul (Antônio Brito, que mesmo sendo do PMDB havia apoiado FHC) e Paraná (Jaime Lerner, PFL).

^{xvi} Destas, apenas o fim da estabilidade do funcionalismo público não foi alcançado (reforma da administração pública). As mudanças no regime previdenciário significaram, na prática, o aumento do tempo mínimo de contribuição para a aposentadoria. Quanto à CLT, as mudanças foram aprovadas pela Câmara dos Deputados no final de 2001, estando fora, portanto, de nosso recorte cronológico.

^{xvii} Em anexo, junto às cronologias, gráficos confeccionados pela equipe do professor Bernardo Mançano sobre a violência no tratamento da questão fundiária brasileira.

^{xviii} A reforma administrativa obtém parecer favorável do deputado federal Wellington Moreira Franco (PMDB/RJ), modificando a aposentadoria (aumento da idade mínima e período de contribuição), estabilidade (possibilidade de demissão por “insuficiência de desempenho” ou para adequar os gastos públicos à legislação vigente; apenas as “carreiras típicas de Estado” - diplomatas, entre outros - manteriam a estabilidade), acúmulo de empregos (restrição em relação ao texto constitucional), remunerações (fixação de salário máximo, periodicidade dos reajustes), limitação do direito de greve (inviabilizando-o na prática) e proibição de sindicalização, entre outras alterações.

^{xix} Em algumas paralisações (São Paulo, Rio de Janeiro), os rodoviários paralisam 100% da frota, sem a necessidade de realização de piquetes; à paralisação (em geral, de menos de 24 horas), segue-se o reajuste salarial, e, sob o pretexto de cobrir o custo desse aumento das despesas, acontece a majoração das passagens urbanas. Existem, assim, sérias dúvidas a respeito deste protesto: greve ou locaute?